


Coleção
Documentos

115

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)
José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA



- 115 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2025

Ficha Técnica

Título: Estudos multidisciplinares acerca da imprensa periódica

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 115

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Representação caricatural da redação de um jornal (A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 20 out. 1867)

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2025

ISBN – 978-65-5306-059-3

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

ÍNDICE

Imprensa, História e Política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX / 9

Urbanização no Brasil do século XIX: estudo de caso a partir de duas revistas ilustrado-humorísticas / 31

Turismo e mídia sob um prisma multidisciplinar: breve introdução ao tema / 67

**IMPRENSA, HISTÓRIA E POLÍTICA:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA AO
DEBATE SOBRE O TEMA NO
CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO
XIX**

A evolução histórica da imprensa esteve ligada à constante busca por informação inerente à grande parte das sociedades, de modo que a curiosidade pública, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, consistiram-se em elementos motores para a criação de sistemas de coleta e propagação de informações. Ainda que alguns dos “antepassados”, que constituíram certa equivalência da imprensa, possam ser encontrados mesmo antes da difusão das atividades tipográficas, estes longínquos antecedentes e vagas semelhanças não chegam a ser suficientes para a explicar a gênese das práticas jornalísticas. Para estas origens, as transformações do mundo moderno, como o crescimento da curiosidade científica e da necessidade de dados informativos, com o Renascimento; as polêmicas religiosas advindas da Reforma e da Contrarreforma; as trocas de informações, com o incremento das atividades bancárias e comerciais; os progressos burocráticos e de comunicação que acompanharam a afirmação dos Estados Nacionais; e os avanços tecnológicos, mormente com a invenção da tipografia, desempenharam significativo papel. Surgiram, desta maneira, ainda nos séculos XVI e XVII, uma série de folhas volantes impressas como os libelos, os pasquins, os almanaques, além das *occasionnels* francesas, dos *zeitungen* alemães e das *gazetas* italianas, atividades que tiveram uma longa sobrevivência. Estavam, assim, reunidas as condições para o aparecimento de uma imprensa periódica, ocorrendo numerosas tentativas de levar em frente este tipo de publicação. Porém, foi só ao final do século XVIII e durante a centúria seguinte que o jornalismo veio a desenvolver-se e atingir sua fundamental importância na formação da opinião

pública, acompanhando as ondas revolucionárias que demarcaram a história europeia e mundial desse período. Neste sentido, a evolução da imprensa acompanhou os avanços das revoluções liberais, desenvolvendo-se mais acentuadamente nos países onde estas primeiros fizeram sentir seus efeitos, notadamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Esta fase revolucionária serviu para dar extraordinário impulso às atividades jornalísticas em diversas partes do mundo ocidental, como na América Latina, onde tiveram importante participação nos processos de emancipação nacional, primeiramente na de colonização espanhola, onde as tipografias já se faziam presentes há um maior tempo e, mais tarde, na América Portuguesa. Desse modo, mesmo com notáveis diferenças de país para país, o jornalismo fez progressos consideráveis nessa época e, a partir daí, aperfeiçoando-se constantemente, esteve cada vez mais presente em todos os setores das sociedades nas quais foi praticado¹.

Nesse quadro, “a mensagem jornalística vem experimentando mutações significativas, em decorrência das transformações tecnológicas que determinam as suas formas de expressão, mas sobretudo em função das alterações culturais com que se defronta” e das adaptações por que passa “a instituição jornalística em cada país ou em cada universo geocultural”². Apesar destas diferenças na disseminação das atividades ligadas ao jornalismo através

¹ ALBERT, P. & TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 3-6, 7, 11-2, 21 e 29.

² MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.32.

de diversas regiões onde a imprensa se fez presente, ela “ajudou a dar forma aos eventos que registrava”, constituindo-se numa “força ativa na história” ainda mais nos momentos em que “a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública”³. No Brasil, desde a sua gênese como Estado Nacional, o jornalismo desempenhou uma importante função não só na divulgação/informação dos fatos, como também na discussão/opinião sobre os mesmos, atuando decisivamente ao longo das várias transformações político-institucionais pelas quais o país passou. O significado da imprensa tornou-se tão fundamental que alguns autores chegaram a compará-la a um “quarto poder” nos Estados. No caso brasileiro, a exemplo da maioria dos locais onde se desenvolveu, ao atuar na orientação, formação e/ou manipulação da opinião pública, o jornalismo, ao longo de suas diversas etapas de evolução, transformou-se em verdadeiro elemento constitutivo da sociedade e refletiu, através das páginas dos jornais, os diferentes momentos históricos do Estado Nacional Brasileiro, bem como influiu direta/indiretamente em cada um deles. Desta maneira, a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito da formação brasileira, nos seus mais diversos fundamentos, como o político, o econômico, o social, ou o ideológico.

Superando certos preconceitos iniciais que descartavam a imprensa como fonte histórica, tendo em vista sua natureza “tendenciosa”, nas últimas décadas, uma quantidade cada vez mais crescente de trabalhos históricos vem

³ DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. *Revolução impressa (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15.

utilizando-se das informações e/ou opiniões expressas nos periódicos para promover reconstruções históricas acerca dos mais variados setores da vida brasileira⁴. Estes preconceitos contra os possíveis engajamentos dos jornais foram sobrepujados graças ao aprofundamento do conhecimento a respeito do processo histórico, da época e da região sobre os quais se está investigando, bem como da utilização de critérios teórico-metodológicos que, através de uma seleção judiciosa, podem permitir excelentes resultados ao historiador que entabula suas análises a partir da imprensa⁵. Como meio de comunicação mais eficaz na difusão de informações e opiniões, ao longo do século XIX, a imprensa escrita teve um papel significativo na formação dos hábitos, dos gostos, das atitudes, dos desejos e, enfim da opinião pública⁶, de modo a constituir-se num “instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”, proporcionando estudos nos quais ela pode atuar “como agente da história”, permitindo “captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam

⁴ A respeito dos preconceitos do jornalismo como fonte histórica, ver: ABREU, Alzira Alves de. et alii. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 7-8. Já sobre as pesquisas promovidas a partir de estudos da imprensa, observar: MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 31-4. e CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa como fonte para a História do Brasil. In: *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo: USP, 1971. v.2. p. 226-32.

⁵ Conforme: BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.196.; e TOPOLSKY, Jerzy. *Metodología de la historia*. Madri: Catedra, 1985. p. 175 e 471-2.

⁶ BESSA, Pedro Parafita. Uma análise do conteúdo dos jornais. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: v. 149, jul. 1952. p. 23.

pelas páginas dos jornais"⁷. Essa valorização do jornalismo como instrumento para as pesquisas históricas levou os historiadores a enfrentar e sobrepujar uma série de obstáculos intrínsecos à utilização desse tipo de documentação, como a falta de coleções completas, mormente quando se trata da pequena imprensa da qual os exemplares remanescentes são de número extremamente reduzidos; os problemas de conservação material das fontes⁸; a carência de informações complementares nos documentos oficiais e "uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento e suas ligações cotidianas com os diferentes poderes"⁹.

Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propaganda, chegando o jornalismo a servir como elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas. Nos estudos voltados à política, podem ser distinguidas várias formas de utilização documentária da imprensa, ou seja, as atividades

⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988. p. 21.

⁸ Ver: RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982. p. 170.

⁹ JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 214.

jornalísticas como fontes de documentação geral (documentação sobre os fatos e sobre a opinião pública); o jornalismo como fonte de documentação sobre os grupos e categorias sociais; e a imprensa como fonte de documentação sobre a própria imprensa (estudos do conteúdo, da difusão e da dependência da imprensa e a análise da imprensa como centro de um grupo de pressão)¹⁰. Deste modo, em linhas gerais, os trabalhos cujo instrumento primordial de análise é o jornalismo, orientam-se em direção a duas vertentes básicas: uma história através da imprensa, ou seja, os jornais servem como fonte de informações para a reconstrução de um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade; ou ainda, uma história da imprensa, na qual o historiador visa estudar o jornalismo em si mesmo, sua evolução, suas manifestações e as formas pelas quais ele retrata os acontecimentos. Os estudos de cunho político têm seguido, em geral, duas orientações conceituais, numa delas, a política aparece como "a ciência do Estado, poder organizado na comunidade nacional", na outra, ela é interpretada como "a ciência do poder organizado em todas as comunidades"¹¹. No caso das análises que visam articular o aspecto político, com a imprensa e a história, a política pode ser "entendida como forma de atividade ou de práxis humana" que "está estreitamente ligada ao poder"¹², e como uma "forma de conduta humana livre e polêmica que se projeta como poder sobre a

¹⁰ DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.88-92.

¹¹ DUVERGER, Maurice. *Introdução à política*. Lisboa: Estúdios Cor, 1964. p. 11.

¹² SILVA, Benedito (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 922.

ordem vinculadora de uma comunidade”¹³, sendo abordada, enfim, no sentido da práxis dos homens no e pelo poder.

Os estudos que buscam alicerçar-se predominantemente na história política trilham por uma seara que, até há alguns anos, enfrentava uma série de preconceitos, tendo “muitas vezes parecido a seus detratores como muito menos original e brilhante”¹⁴. Isto deveu-se ao verdadeiro “descrédito em que foi lançado durante algum tempo o estudo dos fatos políticos pela afirmação de um interesse por outras dimensões da história”, de modo que a abordagem da história política acabaria por representar “o próprio símbolo de uma história fora de moda”¹⁵. Este desprezo adveio do fato de que a análise de natureza política acabou sendo confundida com a tendência historiográfica tradicional, de maneira que passou a ser encarada como sinônimo da história “factual”, “episódica”, “dos acontecimentos”, ou de uma série de outras denominações atribuídas aquela vertente historiográfica¹⁶. Porém, se a historiografia tradicional esteve em significativa parte ligada à história política, a recíproca não é obrigatoriamente verdadeira, constituindo-se a confusão entre elas numa

¹³ BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UnB, 1992. v. 2. p. 954.

¹⁴ TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 287-8.

¹⁵ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 44.

¹⁶ Uma síntese da evolução da história política ao longo das diversas correntes historiográficas pode ser observada em: FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarión & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 62-81.

“certa inexatidão”, uma vez que “a história política não é necessariamente episódica, nem está condenada a sê-lo”¹⁷. Este descarte sofrido pela história política revela os limites que as tendências reducionistas impuseram à história, ao eleger um fator, seja o social, o econômico ou o próprio político, como apanágio único e exclusivo de toda a construção histórica de uma determinada época¹⁸.

Nesse sentido, a história política vem passando por um processo de revalorização e renovação, e “está tomando o sentido inverso o movimento de desapreço dos pesquisadores com relação ao campo político”, pois, ao invés de ser arrostando “com desconfiança ou desprezo, esse campo toma novamente seus direitos”, a partir do momento em que os historiadores adquirem “consciência de sua importância e de sua autonomia” e se esforçam “no sentido de relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total”. Desta maneira, “dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político, colocando em seu lugar aquilo que ele esconderia”¹⁹ e a história política

¹⁷ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 5.ed. Lisboa: Presença, 1986. p. 11.

¹⁸ Conforme: RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 445-7.

¹⁹ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (dir.). *História: novas abordagens*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 182 e 184. Ainda acerca desta escamoteação sofrida pela história política, François Dossé, afirma que “essa diluição-dissolução do aspecto político” deve-se ao fato de que, “na falta de capacidade para abatê-lo, ele é contornado” e, “para evitar toda recuperação por contaminação, todos lhe negam a existência”. DOSSÉ, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 227. Na mesma linha, René Rémond explica e questiona: “Quem sabe se uma razão oculta, talvez inconsciente, em função da qual os historiadores

passou a contar com adeptos até mesmo dentre alguns dos seguidores de seus mais incansáveis críticos²⁰. Assim, nas últimas décadas, “esboçaram-se os sinais anunciantes, e depois multiplicaram-se as manifestações de um retorno com força total”, no qual “os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas” e “o ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos”. Esta revalorização advém de fatores externos, ou seja, a crescente importância que o aspecto político vem adquirindo nas sociedades contemporâneas, e internos, ligados à “reflexão crítica” e à renovação pelas quais as abordagens de natureza política vêm passando. Essa história política renovada é resultado do contato com outras ciências num processo de “pluridisciplinariedade”, pelo qual a história política “pediu emprestadas” a algumas disciplinas “técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática”, e, “às vezes, pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual”²¹. Surgia, assim, uma história política “renovada pelo

mantiveram a história política sob suspeita não é o fato de que ela incomoda? Ela desorienta os esforços de explicação por uma causalidade algo mecânica. A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real”. RÉMOND. Do político. p. 448-9.

²⁰ Ver: BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. p. 100-3.

²¹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 21-9.

diálogo com as Ciências Sociais, com novos paradigmas" e procurando "um discurso global da sociedade sem a pretensão de ser a chave da explicação do sentido da história"²².

Uma reconstrução histórica que visa empreender uma análise da imprensa fundamentada numa abordagem política deve levar em conta que o jornal "é quase sempre uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso"²³, de maneira que seu texto deve ser interpretado além do sentido literal, pois as informações nele contidas constituem-se em verdadeiro "magma que tende a ser por vezes complexo, heterogêneo, acontecível e vivo"²⁴. Desta forma o periódico representa o "construtor e organizador de uma verdade", uma vez que "seus redatores acreditam na palavra no sentido de 'poder' e de obtenção de efeitos através da mesma"²⁵, criando aquela verdade a partir de suas visões de mundo. Assim, torna-se necessário "trazer à luz os centros de interesse do jornal e a evolução desses centros de interesse", buscando revelar os "valores explícita ou implicitamente expressos" no mesmo²⁶, pois, "a sinceridade dos jornais mede-se, *a priori*, tanto pelas omissões quanto pelo destaque deliberadamente

²² DOSSÉ, François. A mania da fragmentação. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 6 ago. 1995. p.12.

²³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil (introdução metodológica)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978. p. 198.

²⁴ MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970. p.7-8.

²⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 185.

²⁶ ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 63.

concedido às notícias escolhidas"²⁷. Nessa linha, as próprias tendências, distorções, distinções e/ou omissões marcantes nos pronunciamentos de grande parte dos jornais também se constituem em elementos para a análise histórica, uma vez que demonstram as formas pelas quais os responsáveis pelos periódicos buscam estruturar (ou desestruturar) os acontecimentos de uma dada realidade, atuando assim na elaboração de uma construção discursiva.

Ao atuar como meio de comunicação, informação e divulgação/emissão de opinião, os jornais agiram como propagadores dos princípios que nortearam as transformações e/ou a manutenção do *status quo* de determinadas sociedades. Levando ao público a discussão desses princípios, divulgando, defendendo e/ou criticando determinadas idéias, cada periódico gerou sua própria construção discursiva sobre as mesmas, numa manifestação do poder através da palavra²⁸. Nessa linha, o discurso pode ser definido como uma prática “resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-

²⁷ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 177.

²⁸ A respeito das idéias nas sociedades, Jouvenel afirma que “nós nos comunicamos por meio das palavras (...), vemos as coisas através das idéias” e influenciamos os outros (e somos influenciados) por meio do discurso, que encerra várias espécies de idéias”. JOUVENEL, Bertrand de. *As origens do Estado Moderno: uma história das idéias políticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23. Barthes, por sua vez, considera que “a palavra pode economizar uma situação ou uma sequência de ações”, favorecendo a estruturação de um pensamento, “na medida em que, projetada em conteúdo, ela própria é uma pequena estrutura”. BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 151.

discursivas"²⁹, orientadas por um processo histórico. Deste modo, o discurso é considerado histórico à medida que "se produz em condições determinadas e projeta-se no 'futuro', mas também (...) porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos"³⁰.

Nesse sentido, o discurso tende a constituir-se num elemento que reflete as diversas características de uma dada sociedade, pois, mesmo que não se pretenda que todo discurso seja "como um aerólito miraculoso, independente das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe", é necessário "sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos", ou seja, "todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço"³¹. No entanto, o discurso emitido pelos jornais, por si só, não é histórico, e, "pelo contrário, trata-se, antes, de relacionar texto e contexto", buscando-se "os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de

²⁹ ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 82.

³⁰ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista - discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990. p. 35.

³¹ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos"³².

Para a interpretação da construção discursiva jornalística, torna-se necessário, assim, o estudo da "dimensão da exterioridade" na elaboração deste discurso³³, colocando-se "em evidência o problema das condições de produção como quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva"³⁴. Esta preocupação com o ambiente no qual foi produzido o discurso deve-se ao fato que a prática discursiva por parte da imprensa não é "um objeto concreto oferecido à instituição e sim o resultado de uma construção"³⁵, condicionada pelo contexto histórico no qual foi elaborada, de modo que a leitura de um determinado jornal "não é possível e/ou razoável em si, mas em relação às suas histórias", não se constituindo seu texto em algo "fechado em si mesmo e autossuficiente"³⁶. Desta maneira, as condições de produção de um discurso jornalístico remetem à análise do global de uma sociedade, permitindo entender o mesmo como "fruto de uma ideologia e um instrumento de ideologização - como criador de seus próprios destinatários,

³² CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

³³ Conforme FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 354.; e FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 53-5.

³⁴ OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979. p. 46.

³⁵ MAINGUENEAU, Dominique. *Introducción a los métodos de análisis del discurso: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Hachette, 1980. p. 21.

³⁶ ORLANDI, Eni P. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. p. 44.

como realizador de um trabalho de constituição de uma nova realidade aos agentes sociais"³⁷. A partir deste cuidadoso estudo da inter-relação entre a produção discursiva e o meio histórico no qual ela foi entabulada e da manifesta historicidade do discurso da imprensa, pode-se proceder à reconstrução de uma realidade a respeito dos mais variados elementos constitutivos de uma determinada sociedade, num dado momento histórico³⁸.

As construções discursivas de cunho político estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política consiste-se num dos lugares onde o discurso exerce, "de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes", pois "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o

³⁷ DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo* ("Problemas envolvidos em uma análise do discurso"). São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 40. Também sobre o inter-relacionamento entre a construção discursiva e o contexto histórico de sua produção, ver: ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 149-50.; MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Ed. da UNICAMP, 1989. p. 32-4.; e MOIRAND, Sophie. Situação da escrita, imprensa escrita e pedagogia. In: GALVES, Charlotte et alii. *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988. p.90.

³⁸ Para Corrêa Mariani, a interpretação do discurso jornalístico "se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: 'capta, transforma e divulga' acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade - ou seja, lê o presente - ao mesmo tempo em que 'organiza' um futuro - as possíveis consequências desses fatos do presente - e, assim, 'legitima', enquanto passado - memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro". MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 33.

poder do qual nos queremos apoderar"³⁹. Deste modo, o objetivo do discurso político "é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo", refletindo-se assim, por meio das palavras, as idéias e atitudes⁴⁰. Neste contexto, a imprensa tem "um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos pólos de polêmica, pautando temas e comportamentos"⁴¹. No Brasil, o discurso político-partidário emitido através da imprensa exerceu um papel essencial ao longo dos diversos momentos que caracterizaram o seu cenário político, seja em âmbito nacional, regional ou local, servindo os jornais como veículos de propagação dos mais diferentes ideais e legitimação das disputas político-ideológicas, das bipolarizações partidárias e verdadeiras dicotomias políticas quanto às ações e idéias de grupos divergentes. Estes confrontos traduziram-se também na formação de um "conflito discursivo" expresso em grande parte através do jornalismo, ou seja, na existência de "dois contextos discursivos antagônicos", no qual "os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários", de maneira que esses dois contextos se "remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação

³⁹ FOUCAULT, 1996. p. 9-10.

⁴⁰ PINTO, Céli Regina. *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney* ("A sociedade e seus discursos"). São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-2.

⁴¹ PINTO, Céli Regina. Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos eleitorais. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 67-8.

enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles"⁴². Assim, o discurso político está intimamente relacionado "com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve" e esta "luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo", ou seja, "cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo" e "o antagonismo se constrói (...) pelo esvaziamento do significado do discurso do outro"⁴³.

Nas maiores cidades brasileiras do século XIX, mormente durante as últimas décadas desta centúria, de modo geral, a imprensa caracterizou-se por estar dividida em grandes e pequenos jornais, os primeiros mais prósperos, providos de uma organização material, contando com a publicidade como uma das formas de sustentação, constituindo-se num estabelecimento comercial interessado em ampliar o número de leitores e de anúncios publicados; enquanto os outros ainda mantinham-se numa fase praticamente artesanal, nos quais o proprietário era, muitas vezes, o único responsável por todas as etapas da produção da folha e apresentavam significativas dificuldades de organização

⁴² MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-1.

⁴³ PINTO, 1989. p. 55. Para Antoine Prost, o estudo dos textos deve levar em conta que eles "revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade dominando-a" e um dos mais típicos exemplos "desse tipo de análise é o estudo da autodesignação dos parceiros e dos adversários nos textos políticos. Como um partido designa a si mesmo? Como designa seus aliados e seus inimigos?". PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 312-3.

e sustentação⁴⁴. O estudo destes diversos periódicos permite a identificação de diferentes padrões editoriais, posturas político-partidárias e modos de pronunciar-se diante dos acontecimentos, de maneira que cada um deles desenvolveu uma determinada “formação discursiva”, ou seja, em cada caso se pode “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão” e, “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas”, é possível definir-se “uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações)” do discurso. À formação discursiva são pertinentes a forma pela qual “a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita”; o modo pelo qual “o campo da memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto”; e “a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados”; consistindo-se, enfim, num “feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual”⁴⁵.

Nesse quadro de distinção entre uma “grande” e uma “pequena” imprensa, se fizeram presentes publicações com as mais variadas formações discursivas, as quais adotaram diversos tipos de estratégias na orientação de seus pronunciamentos, do modo que o jornalismo manifestou-se através de

⁴⁴ Conforme: SODRÉ, Nelson Wernceck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 288-9 e 294.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

modalidades discursivas diferenciadas, de acordo com a natureza de cada jornal ou grupo de jornais. Em linhas gerais, o discurso jornalístico esteve de acordo com a proposição de que aos periódicos mais poderosos (ou pelo menos mais perenes e estáveis) coube “o uso das linguagens ‘sérias’, unívocas, os discursos consistentes e monolíticos”, enquanto às pequenas folhas restaram “as equivocidades de todo o gênero, a piada, o trocadilho, o humor, a poesia (...), os discursos ambíguos e até paradoxais”⁴⁶. Desta maneira, as longevas publicações diárias, com diferenças entre si, e os jornais pouco perenes e de circulação irregular entabularam suas construções discursivas de acordo com seus respectivos interesses editoriais e financeiros e condicionados por elementos externos às edições, mormente os ligados às condições históricas de maior ou menor cerceamento à liberdade de imprensa. Gerava-se, assim, um discurso político-partidário com características próprias em cada periódico, variando desde as polêmicas e discussões calorosas e apaixonadas; passando pelo debate propalado como doutrinário; pela suavização dos pronunciamentos; até o silêncio parcial ou absoluto das declarações de natureza política⁴⁷.

Diante disso, os grandes diários estiveram ligados ao primeiro grupo, geralmente buscando a construção de discursos sérios e unívocos. Nesse caso,

⁴⁶ EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

⁴⁷ O silêncio político constituiu-se numa estratégia discursiva, muitas vezes a única viável, adotada até pelos jornais mais combativos, notadamente nos períodos de maior controle e perseguição às atividades jornalísticas. Desta forma, até mesmo o silêncio traduz uma significância discursiva, refletindo uma reação à determinada circunstância histórica. Sobre este aspecto, observar: ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 70-94.

as disputas políticas manifestaram-se através dos jornais, porém, às vezes de forma mais velada e implícita e/ou diluídas ao longo da matéria de caráter noticioso, no objetivo de intercalar/encobrir as relações entre opinião e informação, e, quando mais abertas, foram limitadas no cronológico, respondendo a uma dada circunstância política momentânea, ou ainda foram típicas de determinadas fases pelas quais cada periódico viesse a passar. Ocorria, assim, uma tendência destas folhas a buscarem um certo equilíbrio entre as suas manifestações de cunho partidário e os seus interesses comerciais e de sustentação financeira, tendo em vista a necessidade da manutenção da venda das assinaturas e da publicação de material publicitário⁴⁸. Deste modo, além do controle legal, as folhas diárias chegavam, muitas vezes, a impor a si mesmas verdadeira autocensura, com base na disciplina, a qual não deixa de ser “um princípio de controle da produção do discurso”, que “lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”⁴⁹, de acordo com as contingências históricas reinantes. Já a pequena imprensa, de modo geral, caracterizou-se pelos discursos ambíguos e paradoxais. Mesmo que em detrimento da manutenção de suas bases comerciais, os pequenos jornais estiveram na maioria dos casos ligados às

⁴⁸ Ver DUVERGER, 1976. p. 86.; MARIANI. p. 35; e ORLANDI, Eni P. et alii. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 73. Segundo Gramsci, na elaboração de um jornal devem ser levados em conta os “elementos ideológicos” e os “econômicos”, de modo que “é necessário - quando se constrói um plano editorial - manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas”. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 163.

⁴⁹ FOUCAULT, 1996. p. 36.

várias formas de contestação, lançando mão de pronunciamentos marcados pelo debate, pela polêmica, pelo humor, pela sátira, e, fundamentalmente, pela crítica. Assim, “opinativa por excelência, esta imprensa interpretava os fatos, criando uma nova noção de factualidade, tirava conclusões e fazia julgamentos, com o objetivo de provocar ação por parte daqueles aos quais se dirigia”⁵⁰. Não chegando a ter uma “disciplina interna” como orientação básica de suas páginas, estes jornais sentiam diretamente a censura externa advinda das autoridades públicas sobre a emissão de seu discurso, na busca “de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que o pronunciavam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tivesse acesso a eles”⁵¹.

Assim, os trabalhos que optarem pelo abordagem do inter-relacionamento entre a imprensa, a história e a política, no Brasil do século XIX, devem buscar descrever e interpretar as diversas construções discursivas emitidas por meio dos jornais, tendo por intento a identificação das várias relações de oposição que sustentaram os conflitos discursivos; das mais variadas formações e estratégias discursivas que, através de padrões editoriais e pronunciamentos partidários e políticos de maior ou menor intensidade, marcaram as páginas das publicações; e das diferentes modalidades discursivas empregadas pelos periódicos, tendo em vista seus ideais político-partidários relacionados com os seus interesses

⁵⁰ CARDOSO, Alcina Maria de Lara & ARAUJO, Silvia Maria Pereira de . Jornalismo e ideologia. *Ciência e cultura - Revista da SBPC*. v. 42. out. - dez. 1990. p. 1083.

⁵¹ FOUCAULT, 1996. p. 36-7.

comerciais e financeiros de sustentação, mormente no que tange à publicação de matéria publicitária e manutenção das assinaturas. Tais elementos constituem-se apenas em alguns dos pressupostos que podem ser lançados ao debate sobre a inter-relação – imprensa-história-política –, uma vez que a análise metodológica envolvendo estes temas consiste-se num processo em construção e em constante renovação⁵².

⁵² Publicado originalmente em: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, 1999, v.6, p.245-257.

URBANIZAÇÃO NO BRASIL DO
SÉCULO XIX: ESTUDO DE CASO A
PARTIR DE DUAS REVISTAS
ILUSTRADO-HUMORÍSTICAS

Na segunda metade do século XIX, um dos gêneros jornalísticos que mais fez sucesso em meio ao público leitor foi representado pelas revistas ilustrado-humorísticas. Tais publicações apresentavam em seu conteúdo imagético e textual, uma perspectiva joco-séria, já que o humor é divertido e sério ao mesmo tempo, tornando-se, dessa maneira, uma qualidade vital da condição humana. Assim, o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas, oferecendo um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura⁵³. Levando em conta tal abordagem joco-séria, tais revistas agiam como uma espécie de bobo da corte – símbolo que utilizaram largamente como uma autorrepresentação –, ou seja, aquele que diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis⁵⁴. Tal figura serviria para ridicularizar os costumes, caracterizando-se como gaiato, malicioso e matreiro, representando a dualidade de todo o ser e constituindo a outra face da realidade, aquela que a situação adquirida faz esquecer e para a qual se chama atenção. Ele exprime o anódino com gravidade e, como brincadeira, as coisas mais graves, encarnando uma consciência irônica para com os eventos, sem ser simplesmente uma representação cômica, e sim a expressão da multiplicidade íntima da pessoa e de suas discordâncias ocultas. No que tange à política, o bobo da corte apresenta atavios, palavras e atitudes, substituindo a representação do

⁵³ DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

⁵⁴ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 120.

poder pela chalaça, pela irreverência e pela ausência de toda a autoridade, ou seja, constitui a paródia encarnada⁵⁵. De acordo com tal motivação editorial, essas revistas abordaram em suas páginas os mais variados temas da vida em sociedade, dentre eles o processo de urbanização.

Os caminhos e descaminhos das principais urbes brasileiras constituíram pauta da caricatura expressa pelos seus periódicos ilustrados e humorísticos, os quais lançaram seu olhar crítico e jocoso sobre várias das incongruências que marcaram a formação das cidades. A urbanização implica na multiplicação dos pontos de concentração e pelo aumento de tamanho das concentrações individuais⁵⁶ e, em seu contexto, a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial. Isso se realiza via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e também da mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas. Em cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado⁵⁷.

⁵⁵ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 80, 147-148 e 680.

⁵⁶ REISS JR, Albert J. Urbanização. In: SILVA, Benedicto (dir.). *Dicionário de Ciências sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1277.

⁵⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. p. 11.

Dessa maneira, “a cidade torna-se um organismo cada vez mais complexo”⁵⁸, envolvendo condicionantes diversificados, como os históricos, os geográficos, os sociológicos, os político-ideológicos e os socioeconômicos. Assim, para além da simples condição objetiva de vida, a cidade supõe direção, gestão, atividades sociais, políticas, religiosas, etc. e, em certo sentido é também cultura, e por isso guarda a dimensão do humano⁵⁹. A edificação do urbano envolve elementos constitutivos como a forma espacial da cidade e da rede, a paisagem e as funções urbanas, os agentes sociais envolvidos no processo de produção e das relações entre eles e as articulações com espaços externos ao da rede⁶⁰.

A partir do processo de ampliação dos quadros urbanos, a cidade recebeu diretamente as consequências do rápido crescimento populacional, passando, a partir deste, em nível de estruturação de seu espaço interno, por muitas transformações. Tal processo trouxe consigo uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, aparecendo características como ruas estreitas demais e insuficientes para a circulação das pessoas e dos veículos, além de vários outros elementos. Nesse sentido, a cidade era a própria desordem, surgindo diversos problemas urbanos⁶¹. Desse modo, a expansão urbana trouxe consigo um alto preço, uma vez que a lei do crescimento urbano significou a

⁵⁸ HAROUEL, Jean-Louis. *História do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990. p. 110.

⁵⁹ CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 81.

⁶⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. p. 79.

⁶¹ SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989. p. 55-58.

inexorável destruição de todas as características naturais que deleitam e fortificam a alma humana em suas atividades diárias⁶².

Nessa linha, a cidade se estende desmesuradamente, ela explode, constituindo um processo que fica envolvido na urbanização da sociedade⁶³, em um quadro pelo qual a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes e com sua história. Assim, a cidade tem uma história, sendo a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. A cidade pode ser considerada dessa maneira, como *obra* de certos agentes históricos e sociais, o que leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu produto⁶⁴.

As imagens do urbano tiveram na arte litográfica uma de suas fundamentais formas de difusão ao longo do século XIX. Nesse quadro, os padrões estéticos expressos nesse processo de produção de imagens de paisagens guardavam muito da formação de origem de seus artistas. Ainda assim, novas experiências e soluções, desenvolvidas para um público mais amplo e menos elitizado, conferiram a esses produtos particularidades que, de certa forma, alteraram os padrões de representação visual então vigentes⁶⁵,

⁶² MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 462.

⁶³ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 178.

⁶⁴ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5.ed. São Paulo: Centauro Editora, 2011. p. 51-52.

⁶⁵ ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas do Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul. – dez. 2004, p. 28.

como foi o caso das criações caricaturais normalmente por meio de seu espírito de fundo crítico, bem exemplificadas a partir de uma amostragem expressa pela iconografia de duas revistas humorístico-ilustradas publicadas nas capitais do Império e da mais meridional província brasileira ao retratar certos detalhes das cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

Uma dessas revistas foi a carioca *A Semana Ilustrada*, que circulou entre 1860 e 1876. Tal folha teve imensa voga e influência nas rodas literárias do país, chegando a ser considerada como o periódico mais popular do Brasil na sua época. Suas charges provocavam o riso espontâneo e natural de todos, sadio, comunicativo e forte como uma gargalhada, e não apenas o falso sorriso amarelo de sarcasmo⁶⁶. Em seu conteúdo, além da graça das caricaturas, trazia a perfeição dos desenhos, mormente os retratos, ao passo que, no segmento textual, contou com relevantes membros da intelectualidade brasileira de então⁶⁷. Contava com oito páginas, quatro de texto e quatro com ilustrações, publicando, além dos desenhos, poesias, crônicas e contos, tendo pelas suas folhas passado os mais conhecidos escritores e jornalistas da época⁶⁸. O

⁶⁶ FLEIUSS, Max. *Centenário de Henrique Fleiuss*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. p. 9-10.

⁶⁷ FLEIUSS, Max. In: A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80, p. 606.

⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 205.

responsável pelas suas edições, revelou-se artista de pulso, superior, imaginação riquíssima e lápis seguro⁶⁹.

Em suas páginas exerceram protagonismo dois personagens que representavam seu corpo redacional. Tratava-se do Dr. Semana e seu infalível Moleque, o primeiro atarracado com a sua vasta cabeçorra e sempre de lápis em riste, o segundo trajado à caráter, de libré, como os negrinhos que serviam de pajens de casas ricas no século XIX. Tratavam-se de duas criações originais e desopilantes, que se tornaram o regalo do público, marcando época no terceiro quartel dos Oitocentos⁷⁰. A interação entre ambos se calcava nas relações escravistas de então, com o Dr. Semana fazendo o papel de senhor, por vezes de patrão, para com o Moleque, na execução das lides concernentes à redação, envolvendo questões como atribuição de tarefas, repreensões e até punições para com o auxiliar. O Dr. Semana, criado para a sátira de costumes e dos acontecimentos políticos⁷¹, com sua cabeça grande e sempre comentando os assuntos correntes, tornou-se o carro-chefe do magazine⁷². Assim, além das ilustrações de alta qualidade litográfica, a revista contava com o carisma do Dr. Semana, *alter ego* de seu editor, e a manha do Moleque, pajem negrinho a servir *Nhonhô*⁷³. Fazendo o papel de responsável pelas crônicas editadas no periódico,

⁶⁹ SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911. p. 95.

⁷⁰ FLEISSL, 1923. p. 10.

⁷¹ LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999. p. 24.

⁷² MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012. p. 151.

⁷³ WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000. p. 86.

o Dr. Semana tornou-se figura obrigatória da ilustração da capa, de que se pretendia fazer um tipo, comentando os sucessos da semana, com o seu Moleque, pequeno escravo, que lembrava uma criação literária de José de Alencar⁷⁴. Eles constituíam dois tipos que conversavam a respeito de tudo, mas também de nada, quando não havia assunto, além de redigirem matérias⁷⁵. Ao representarem a redação, os dois personagens tiveram recorrentes presenças na demonstração das atividades redacionais concernentes à edição da revista ilustrada, como foi o caso de ambos “afiando” a pena, no sentido da expressão crítica de suas edições⁷⁶; debatendo sobre as matérias que seriam incluídas no periódico⁷⁷; e comemorando a chegada ao oitavo ano de publicação⁷⁸.

⁷⁴ SODRÉ, 1999. p. 205.

⁷⁵ ALVES, Antônio Constâncio. A caricatura no Segundo Império. In: *Revista da Semana*, 30 dez. 1922, a. 24, n. 1, p. 20.

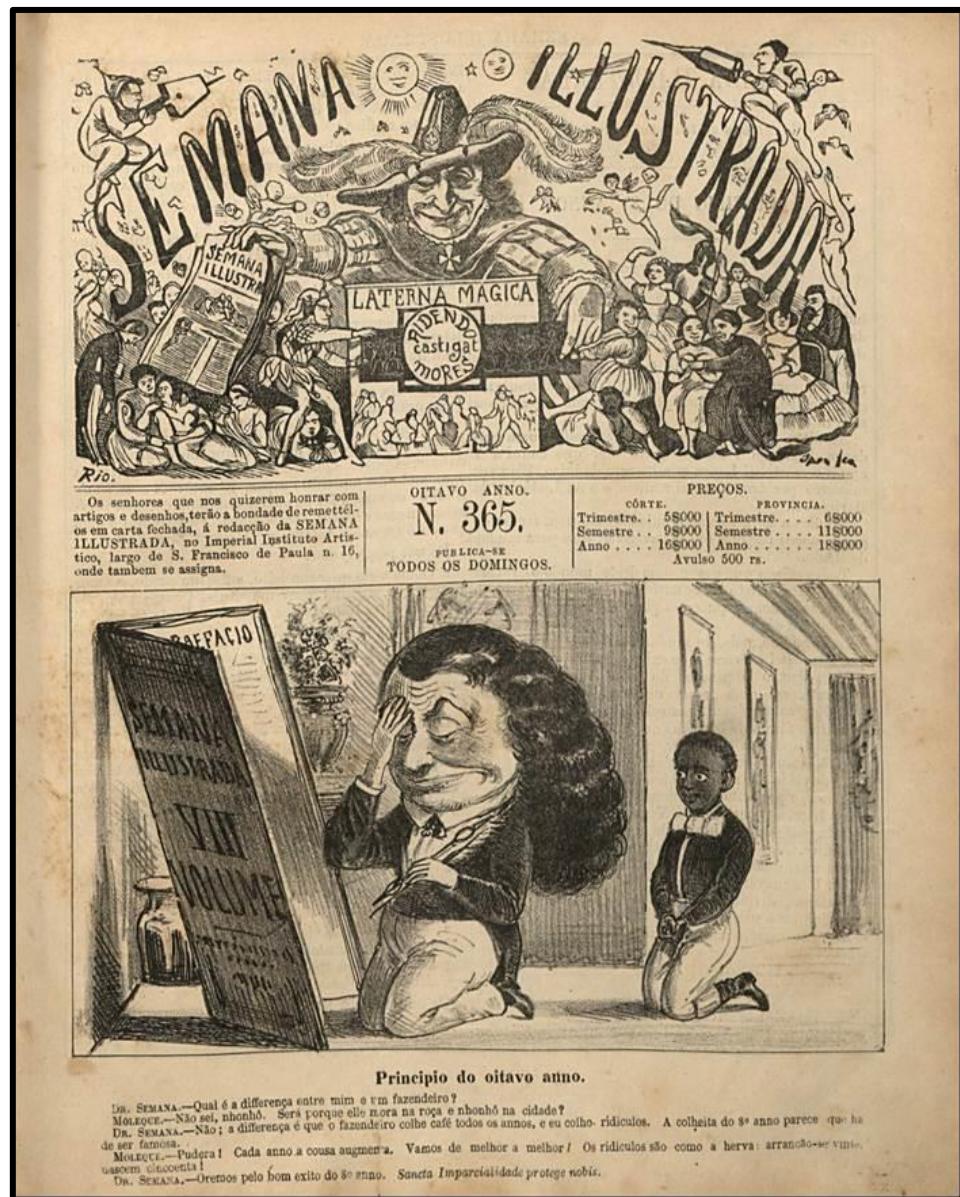
⁷⁶ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 mar. 1867.

⁷⁷ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 14 jul. 1867.

⁷⁸ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 8 dez. 1867.







Sob a “divisa singela *ridendo castigat mores*”, muito comum em meio à imprensa caricata da época, *A Semana Ilustrada* pretendia “encetar a sua variegada tarefa”. O periódico se dizia “estranho às mesquinhas lutas da política pessoal”, vindo a achar “na política, no jornalismo, nos costumes, nas instituições, nas estações públicas, no comércio, na indústria, nas ciências, nas artes, nos teatros, nos bailes, nas modas, assunto inexaurível” e “matéria inesgotável para empregar o lápis e a pena”, aplaudindo “o bem que praticarem” e censurando “o mal que fizerem”. Propunha-se “a profligar o vício, a hipocrisia, o charlatanismo, a impostura” e a “zombar do pseudo-catonismo, do falso mérito, da virtude pretenciosa, das vocações mentirosas, das devoções mascaradas” e “do talento fosfórico”. Em sua primeira edição trazia uma proposta grandiloquente, ao revelar que estaria a começar “sua viagem humorística pela América Meridional”⁷⁹.

As revistas ilustrado-humorísticas se espalharam pelo país, chegando a Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no extremo-sul do Brasil, cuja publicação original de tal gênero foi *A Sentinel do Sul*, editada entre julho de 1867 e o ano seguinte. Apresentava-se como jornal ilustrado, crítico e joco-sério e, com humor, lembrando que seria publicada diariamente, com exceção dos dias de semana. Em meio aos modelos normalmente mais críticos e ácidos das folhas caricatas, *A Sentinel* manteve sua construção discursiva e suas manifestações pictóricas em padrões razoavelmente mais amenos e moderados. Manteve padrões de significativa qualidade gráfica para os modelos da época,

⁷⁹ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 16 dez. 1860.

graças ao bom trabalho como gravador, retratista e calunguista promovido pelo seu ilustrador. Além disso, caracterizou-se por um caráter por vezes ameno do espírito crítico, rechaçando as penas mais desabusadas e contundentes, de modo que, ainda que se rotulasse de crítico e jocoso, era sério também. O “Redator” da folha, muitas e muitas vezes representado nas páginas do semanário, com sua cartola e quase sempre acompanhado de seu auxiliar, um jovem negro, o “Piá”, na maioria das suas aparições, assumia os ares aconselhados pela decência, não dando granja ao moleque, a quem apenas permitia perguntas discretas. Séria e/ou humorística, *A Sentinel do Sul* abriria espaço para um gênero que ganharia repercussão no Rio Grande do Sul do século XIX⁸⁰.

Em sua apresentação, o semanário, com ironia, lembrava que todos os jornais e todas as publicações periódicas tinham o costume de apresentarem ao público – definido como uma entidade que engolia as *araras* da imprensa e pagava as suas assinaturas – um programa, no qual minuciosamente detalhavam tudo quanto pretendiam, ou, na maioria das vezes, não pretendiam fazer naquela espinhosa carreira e no desempenho daquela árdua e honrosa missão, que seria um sacerdócio e conduziria a um martírio. Nesse sentido, a folha caricata dizia que não pecaria pela omissão de tal dever, e mesmo que não fosse dada a frases altissonsantes, não iria deixar de seguir a regra geral. Usando um termo considerado obrigatório em matéria de programa, a folha afirmava

⁸⁰ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 13, 17, 19 e 26-27

que entrava na arena, armada de pena e de crayon, disposta a sustentar a luta contra o indiferentismo do público e a falta de assinaturas, os dois principais inimigos que quase sempre perseguiam as empresas da sua ordem. O hebdomadário declarava estar disposto a maçar os seus leitores com oito páginas mistas de textos e gravuras, nas quais abrangeia, tanto quanto possível, as ocorrências da semana⁸¹.

Buscando isentar-se da prática da pasquinagem, o periódico destacava que, apesar da crítica ser o seu elemento principal, a mesma seria manejada com discernimento, nunca passando das raias da justiça e da honestidade, só ferindo a partir da razão e nos limites da decência, de modo que não viria a empregar a arma do ridículo contra o que fosse nobre, belo e grande. Dizia ainda que a caricatura não poderia faltar, pois ela seria o sal ático da publicação, que em tom joco-sério diria muitas verdades, permanecendo fiel ao antigo princípio *"ridendo castigare mores"*. Dessa maneira, a folha adotava um espírito moralizador da sociedade, muitas vezes assumido pelos caricatos, garantindo que se esforçaria com desenhos e palavras para castigar o crime, a hipocrisia, a ignorância e a vilania no que tinha de mais caro, ou seja, o seu amor próprio⁸².

O periódico expunha também que acreditava no favor público que o acompanharia na senda que se propunha a percorrer, tomando por norte a razão, a justiça e o patriotismo. Previa ainda que a sua execução artística seria sempre digna de entrar em comparação com a das edições ilustradas da corte,

⁸¹ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867.

⁸² A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867.

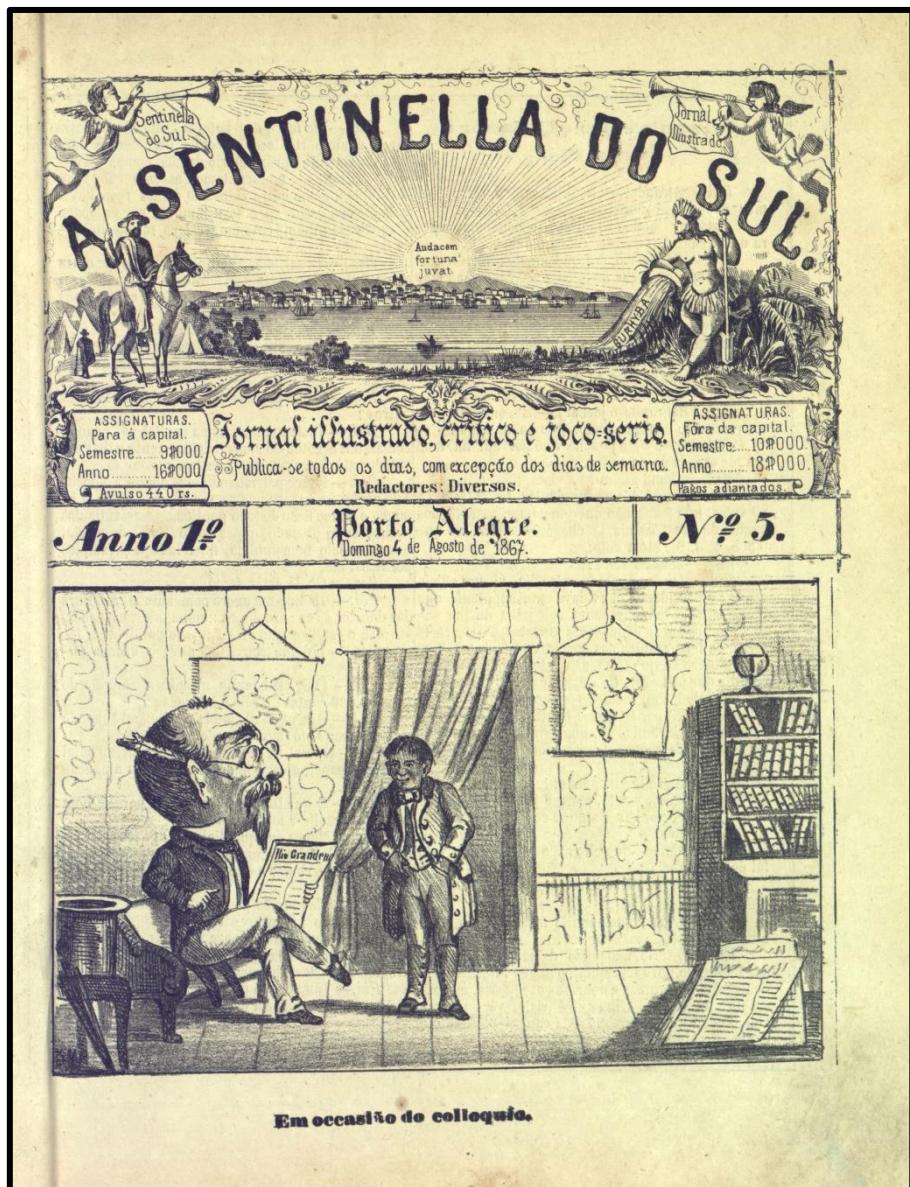
bem como a sua publicação e expedição seriam feitas com regularidade. Como a primeira folha ilustrada que saía na província do Rio Grande, esperava contar com a proteção do público⁸³. Uma das marcas registradas da *Sentinela* era se manifestar por meio de seus dois personagens principais – o “Redator”, representando a figura do escritor público/jornalista, e o “Piá”, o negro que auxiliava aquele e com o qual mantinha recorrentes diálogos, publicados na sessão “Colóquio entre o Redator e o seu Piá”, uma das mais frequentes dentre as editadas pela folha. Em termos de exemplificação tais protagonistas apareciam conversando sobre as notícias divulgadas pelos jornais, por ocasião de mais um colóquio⁸⁴; discutindo as atribuições de cada um na execução da publicação⁸⁵; e realizando a leitura de manifestações políticas expressas por meio da imprensa⁸⁶.

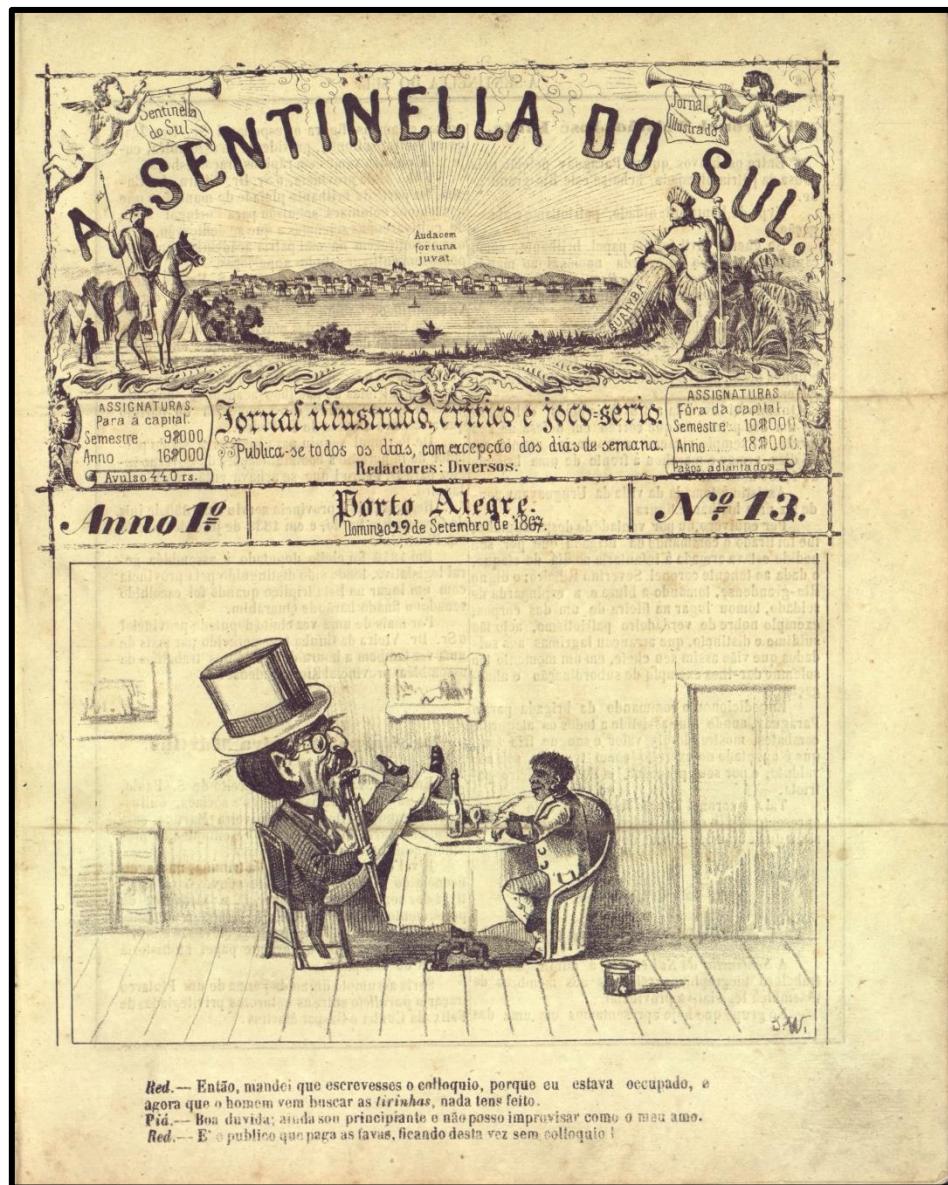
⁸³ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867.

⁸⁴ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 4 ago. 1867.

⁸⁵ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 29 set. 1867.

⁸⁶ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 20 out. 1867.







No que tange à urbanização, entre 1867 e 1868, anos em que houve uma interseção entre suas edições, *A Semana Ilustrada* e *A Sentinel do Sul*, por meio das respectivas aparições do Dr. Semana e do Moleque e do Redator e do Piá, optaram pela abordagem calcada no jornalismo crítico-opinativo, demarcando algumas das precariedades pelas quais passavam o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesse sentido, os representantes da redação da revista carioca apareciam preocupando-se com a irrigação das ruas citadinas⁸⁷; as enchentes, que levavam os jovens a banhar-se nas ruas do centro citadino⁸⁸; as dificuldades na iluminação pública, obrigando o Dr. Semana a limpar a luminária dos postes⁸⁹; o abastecimento de água, ainda mais na época de extremo calor⁹⁰; o calçamento da urbe, com as pedras soltas sendo equiparadas ironicamente a uma pirâmide⁹¹; as dificuldades da cidade em adaptar-se às intempéries climáticas, como o excesso de ventos⁹²; e a excessiva presença de insetos, redobrando os trabalhos dos pajens que atendiam a figura do redator⁹³. Já *A Sentinel do Sul* apresentou os personagens que designavam as funções redacionais, tendo dificuldades de deslocar-se pelas ruas, tendo em vista a água e a imundície que tomavam conta das mesmas⁹⁴; tendo de navegar nas vias

⁸⁷ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 20 jan. 1867.

⁸⁸ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 20 out. 1867.

⁸⁹ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 12 jan. 1868.

⁹⁰ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 19 jan. 1868.

⁹¹ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 14 jun. 1868.

⁹² A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 25 out. 1868.

⁹³ A SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 1º nov. 1868.

⁹⁴ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 18 ago. 1867.

citadinas, como em um “passeio marítimo”, tendo em vista as enchentes⁹⁵; utilizando lanternas⁹⁶ e recebendo o impacto de uma luminária na cabeça, demonstrando o precário sistema de iluminação pública⁹⁷; sofrendo com o excessivo calor para o qual a cidade parecia não estar preparada⁹⁸; sofrendo com as areias voadoras oriundas de intensa ventania⁹⁹; e penando com uma invasão de gafanhotos, tal qual uma “praga do Egito em Porto Alegre”¹⁰⁰.

⁹⁵ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 8 set. 1867.

⁹⁶ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 3 nov. 1867.

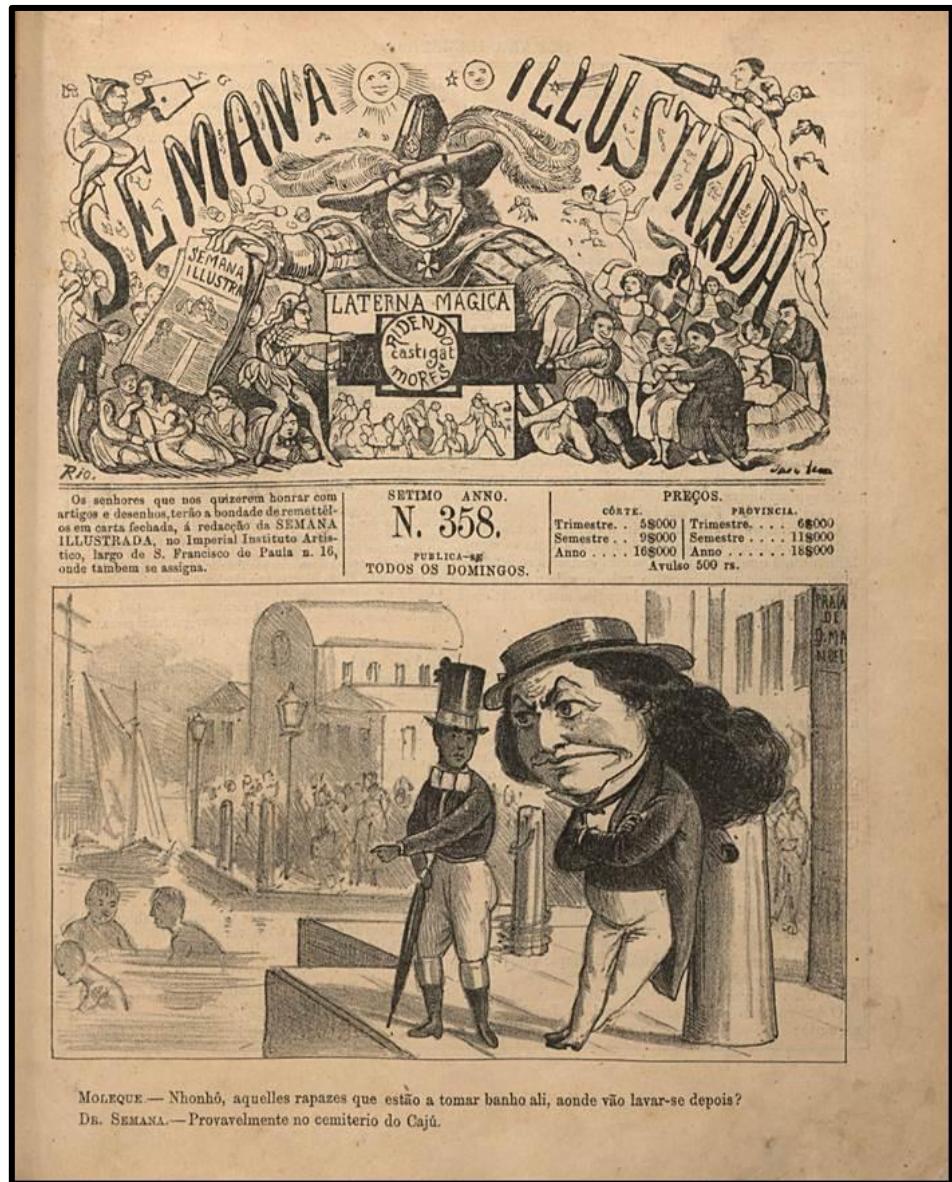
⁹⁷ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 8 dez. 1867.

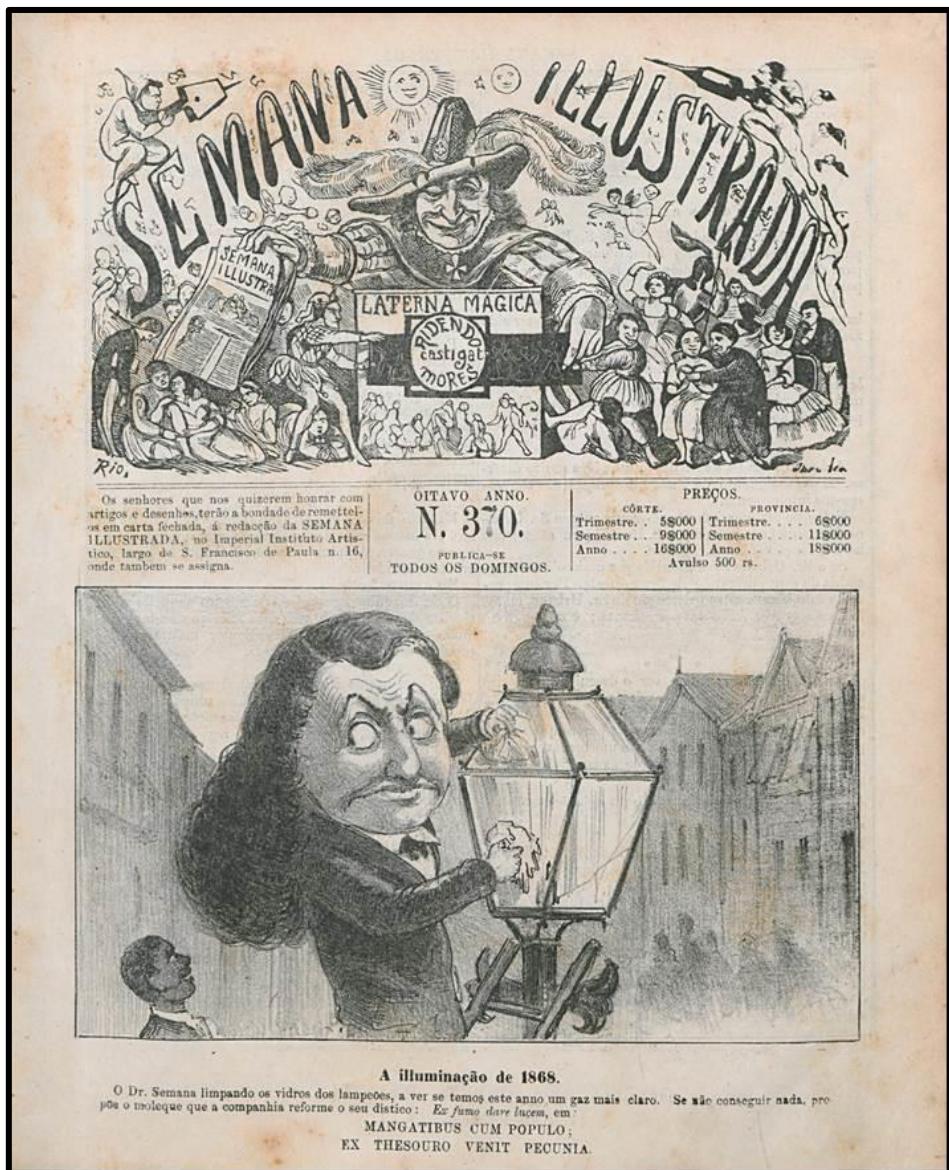
⁹⁸ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 1º dez. 1867.

⁹⁹ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 15 dez. 1867.

¹⁰⁰ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 26 jan. 1868.



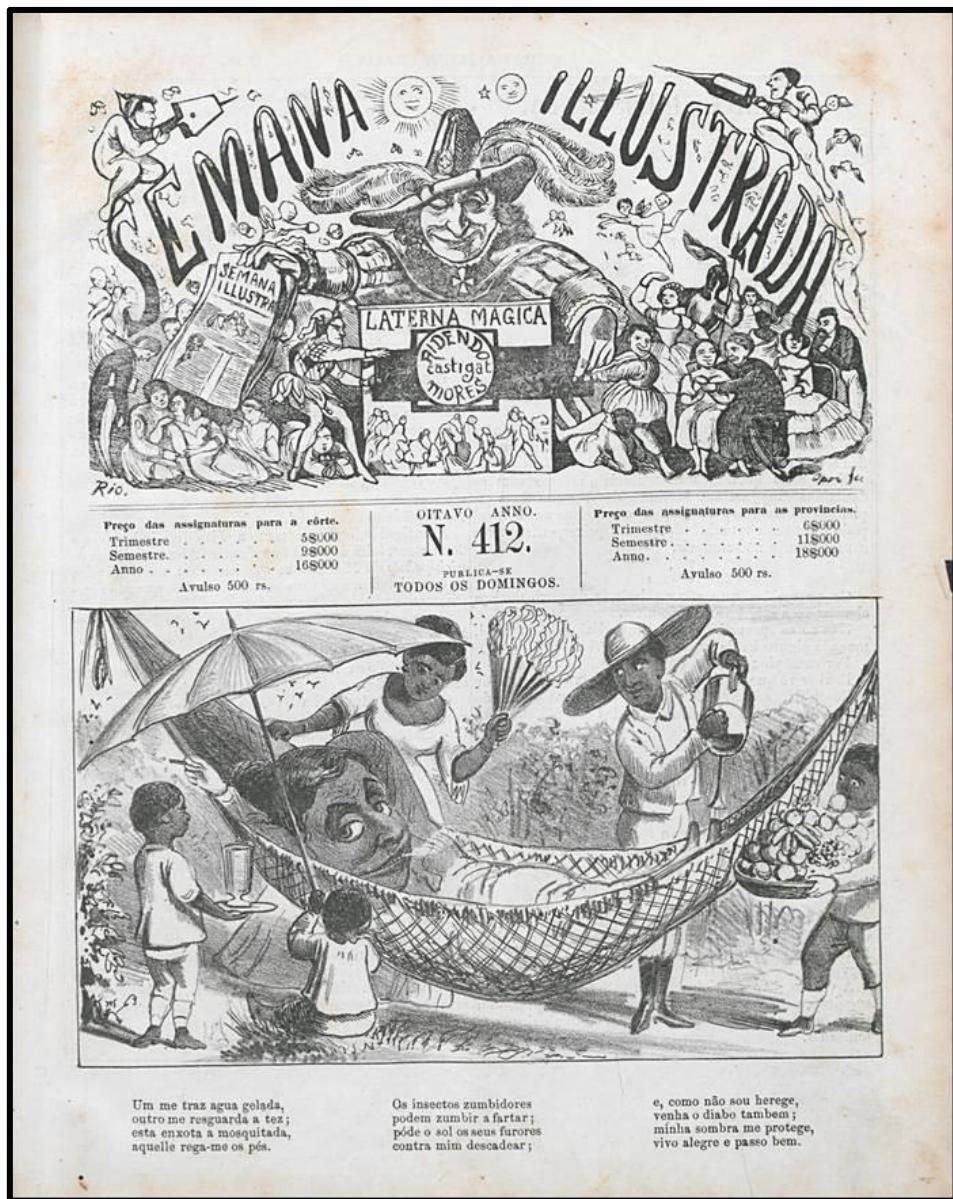


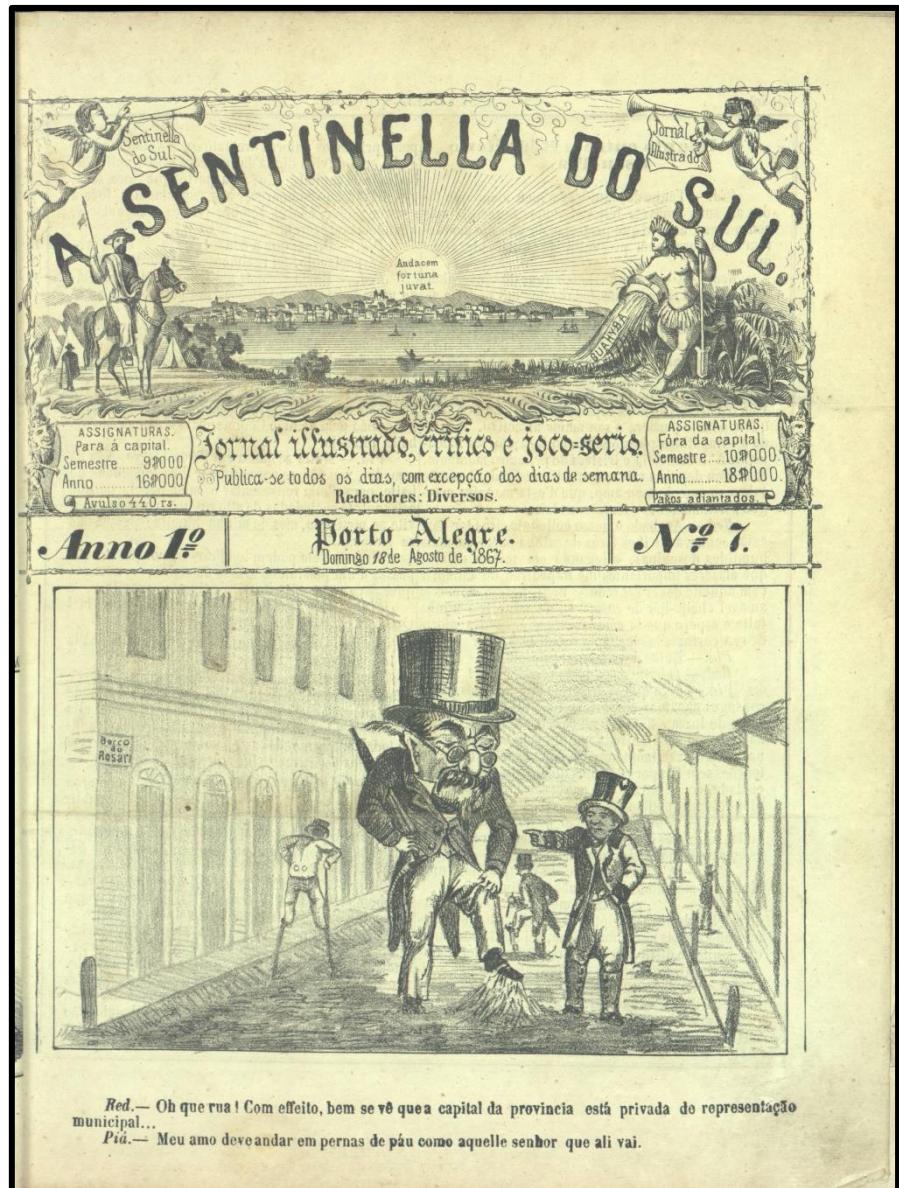


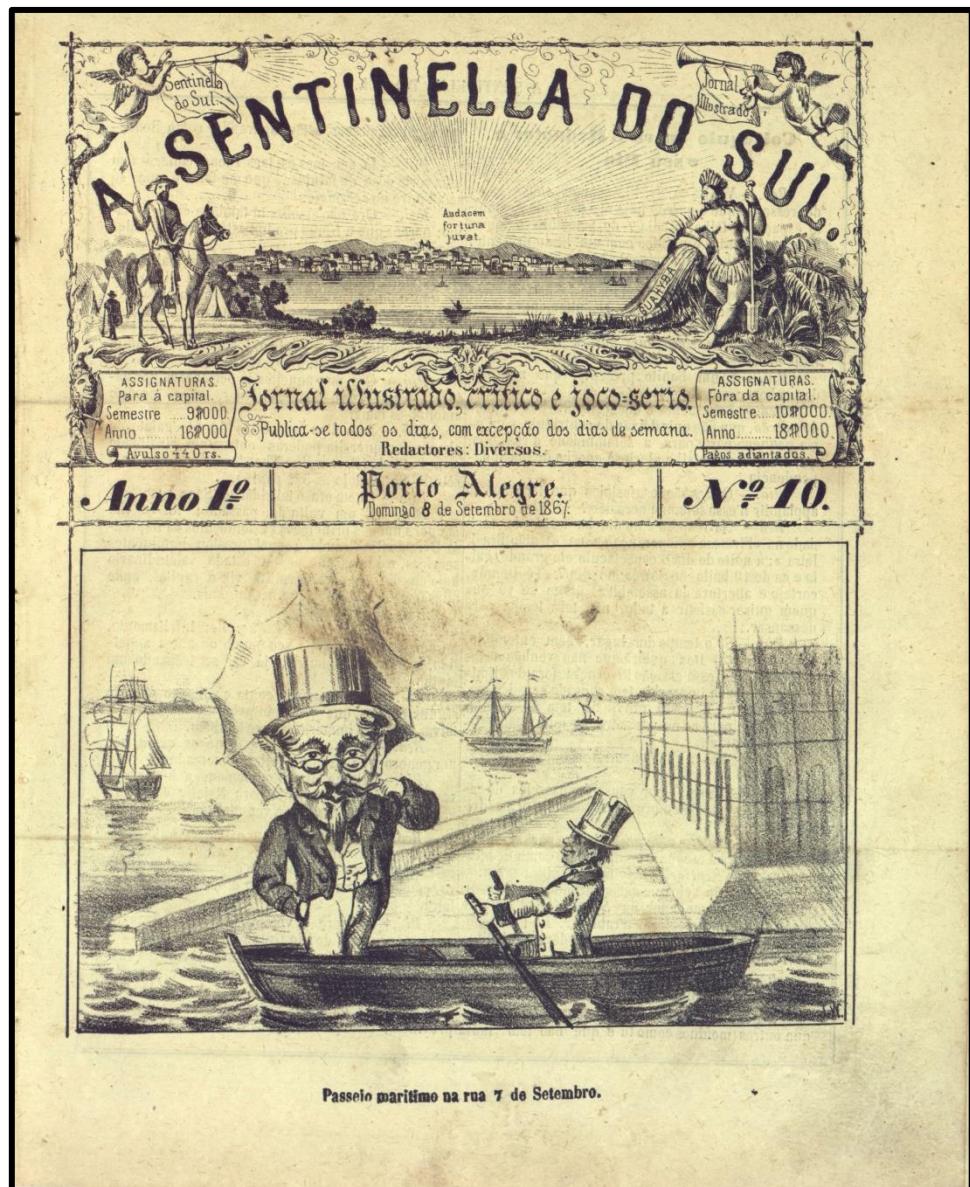






















Na segunda metade do século XIX, o processo de urbanização no Brasil encontrava-se em evolução. Ainda que a maioria da população se localizasse na zona rural, as cidades cresciam, a partir de certa evolução demográfica e a existência ou não de infraestrutura urbana, notadamente a vinculada às condições físicas citadinas e à prestação de serviços. Normalmente o crescimento das cidades trazia consigo certa deterioração do ambiente urbano e perda da qualidade de vida¹⁰¹. A imprensa periódica refletiu intensamente sobre as incongruências e limitações urbanas, mormente no que tange ao gênero ilustrado-humorístico, de acordo com sua vocação crítico-opinativa. Nessa linha, *A Semana Ilustrada* e o *A Sentinel do Sul* abordaram as precariedades vivenciadas pelos moradores das cidades, demonstrando que enfrentavam problemas em comum. De acordo com tal perspectiva, apesar de tratar-se de uma metrópole para os padrões brasileiros de então, como o Rio de Janeiro, e da capital provinciana sulina, Porto Alegre, que conviviam com questões coincidentes tais como inundações, intempéries e excessos climáticos, ventos inclementes, calçamento, abastecimento de água e a presença de insetos, como demonstra esta breve amostragem.

¹⁰¹ RIOS , José Arthur. Urbanização na América Latina. In: SILVA, Benedicto (dir.). *Dicionário de Ciências sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1278-1279.

TURISMO E MÍDIA SOB UM PRISMA
MULTIDISCIPLINAR: BREVE
INTRODUÇÃO AO TEMA

No amplo horizonte que constitui a vida em sociedade, o espaço destinado ao Turismo vem crescendo em larga escala e, paulatinamente, evoluíram também os estudos entabulados acerca das atividades turísticas. No variado espectro que constitui o cerne das análises científicas em torno do Turismo, uma das marcas registradas é o caráter de constantes interfaces com variadas outras áreas do saber humano. A própria existência do Turismo é pluridisciplinar de modo que as formas de interpretação e a construção de conhecimento a seu respeito não poderiam fugir a tal característica. Um dos pontos de aproximação do estudo do Turismo está nas interações com a História e a Comunicação e, nesse contexto, este trabalho pretende realizar um estudo buscando essas inter-relações, tendo por horizonte uma cidade portuária e as imagens criadas acerca da mesma por um segmento dos meios de comunicação, ou seja, a caricatura expressa através da imprensa gaúcha ao longo do século XIX.

O estudo científico do Turismo, pela natureza de amplas transformações que o mesmo vem passando (e continuará a passar) ao longo do tempo e do espaço, deve trazer em si, necessariamente, análises que envolvem múltiplos enfoques em termos disciplinares. Desse modo, a compreensão da natureza do fenômeno turístico demanda um enfoque inter, multi e transdisciplinar capaz de transcender os limites econômicos impostos pela indústria cultural e pelos efeitos respectivos da mídia. Para que se possa adentrar no âmbito das motivações, que consequentemente provocam as mudanças de comportamento e que perfilam novos modos de subjetivação, é necessário operar todo um

deslocamento que nos leve às primeiras instituições do ser humano sobre seu lugar no mundo, sobre a convivência com seus pares e aos efeitos do meio ambiente que provocam sua movimentação temporal e espacial. Nesse sentido, toda e qualquer visão do Turismo deve ser capaz de articular e integrar seu próprio saber – saber que até agora se tem suposto e justaposto na sociologia, na economia e nas atividades culturais que supõem sua inserção nos currículos do ensino superior. Dessa forma, um estudo envolvendo múltiplas interfaces e inter-relações disciplinares leva a contribuir para que se forme e desenvolva o espírito crítico na base de um fenômeno social e cultural emergente na atualidade, e cujos objetivos perpassam aqueles aspectos puramente técnicos que, muitas vezes, excedem e distorcem uma área cuja natureza dinâmica é o deslocamento, o trânsito e a recriação entre a teoria e a prática, entre as ciências humanas e sociais, entre o indivíduo e a mídia¹⁰².

A invenção trazida à luz por volta de 1450, na Alemanha, ainda que fosse resultado de técnicas que se desenvolviam há mais tempo, mormente no Oriente, viria a constituir um dos significativos pontos de inflexão na história mundial, de modo que o invento de Johann Gutenberg marcaria uma trilha inexorável na evolução da humanidade. Desde os prelos originais até a contemporânea mídia eletrônica, o convívio com a informação passou a representar uma faceta do cotidiano das sociedades, num quadro em que a ação

¹⁰² DROGUETT, Juan. Mídia e turismo: uma relação inter, multi e transdisciplinar. In: DORTA, Lurdes & DROGUETT, Juan (orgs.). *Mídia – imagens do Turismo: uma proposta de desenvolvimento teórico para as áreas de Comunicação e Turismo*. São Paulo: Textonovo, 2004. p. 13-14.

dos meios de comunicação consistiu um elemento intrínseco às vivências das comunidades humanas. A comunicação em suas várias formas de manifestação, historicamente e hodiernamente, constitui mais do que uma importante fonte para as ciências em geral, mas se configura como um arquivo diário que seleciona e interfere na memória da sociedade.

Assim, a análise dos diversos meios de comunicação ao longo do tempo permite que se trabalhe com as múltiplas análises das relações entre os argumentos apresentados na mídia e seus contextos textuais e extra-textuais de produção, como meio para compreender as interfaces com a sociedade, as construções discursivas e interações com a política, a reelaboração da memória, interferências e diálogos no cotidiano social, o estabelecimento de sua crítica aos “possíveis esquecimentos” e sua nova representação da trajetória histórica do passado. Apesar da relevante importância que os meios de comunicação vêm cada vez mais assumindo como fonte/objeto de pesquisa, ainda há uma certa carência de trabalhos envolvendo diretamente a interação entre Turismo e mídia, em abordagens que visem entabular interpretações acerca de um dos tipos de documentação dos mais utilizados nas últimas décadas nas pesquisas que se destinam a abordagens e enfoques diversificados em se tratando de construção do conhecimento.

A evolução histórica da comunicação esteve ligada à constante busca por informação inerente à grande parte das sociedades, de modo que a curiosidade pública, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, consistiram-se em elementos

motores para a criação de sistemas de coleta e propagação de informações. Ainda que alguns dos “antepassados”, que constituíram certa equivalência da imprensa, possam ser encontrados mesmo antes da difusão das atividades tipográficas, estes longínquos antecedentes e vagas semelhanças não chegam a ser suficientes para explicar a gênese das práticas jornalísticas que ficaram mais associadas à afirmação dos Estados Nacionais e às transformações dos séculos XVI e XVII¹⁰³. Reuniam-se assim as condições para o aparecimento de uma imprensa periódica, ocorrendo numerosas tentativas de levar em frente esse tipo de publicação.

Porém, foi só ao final do século XVIII e durante a centúria seguinte que o jornalismo veio a desenvolver-se e atingir sua fundamental importância na formação da opinião pública, acompanhando as ondas revolucionárias que demarcaram a história europeia e mundial desse período. O século XIX caracterizou-se por uma progressiva consolidação do periodismo como elemento fundamental na divulgação de informações e ideias, surgindo uma série de consequências de impressionante alcance na esteira da invenção de Gutenberg¹⁰⁴. Nesse sentido, a evolução da imprensa acompanhou os avanços das revoluções liberais, desenvolvendo-se mais acentuadamente nos países onde aquelas primeiros fizeram sentir seus efeitos, notadamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Essa fase revolucionária serviu para dar

¹⁰³ ALBERT, P. & TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 3-6.

¹⁰⁴ EISENSTEIN, Elizabeth L. A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998. p. 300.

extraordinário impulso às atividades jornalísticas em diversas partes do mundo ocidental, como na América Latina, onde tiveram importante participação nos processos de emancipação nacional, primeiramente na de colonização espanhola, onde as tipografias já se faziam presentes há um maior tempo e, mais tarde, na América Portuguesa. Desse modo, mesmo com notáveis diferenças de país para país, o jornalismo fez progressos consideráveis nessa época e, a partir daí, aperfeiçoando-se constantemente, esteve cada vez mais presente em todos os setores das sociedades nas quais foi praticado¹⁰⁵, vindo a tornar-se muito importante na vida diária, merecendo ênfase a sua capacidade de difusão e alcance.

Ao longo do século XIX, o jornalismo passaria por variadas etapas de desenvolvimento, levando-se em conta uma precedência cronológica e tecnológica dos estados mais poderosos de então, os quais serviriam como parâmetros de irradiação das atividades jornalísticas ao longo do mundo. Já na transição para a centúria seguinte, a imprensa passaria por consecutivas fases de concentração e centralização de suas atividades, de modo que evoluiria crescentemente o chamado jornalismo empresarial. Durante o século XX essa tendência se afirmaria, redundando na incorporação da imprensa no seio dos denominados meios de comunicação de massa, processo que se consolidaria ainda mais com a revolução da informática, mormente a partir da virada do milênio. Tal fenômeno se repetiria nas mais variadas partes do mundo, havendo diferentes fases de propagação do jornalismo, num processo histórico

¹⁰⁵ ALBERT & TERROU, p. 7, 11-12, 21 e 29.

que levaria a confirmação da perspectiva de que os meios de comunicação, verdadeiros arautos do cotidiano, se transformariam em inexorável fonte de análise e interpretação científica.

Acerca de suas possibilidades, os próprios meios de comunicação definem-se como provedores de informações e de ideias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública. Nessa linha, o ato da publicação em um jornal implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a edição, num quadro em que os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. Dessa forma, a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo não se dissociam do público com o qual a imprensa pretende agir¹⁰⁶. Além de refletir vivências do cotidiano, a mídia traz em si também reflexos acerca do imaginário das sociedades, num quadro pelo, no que tange especificamente ao Turismo, os imaginários podem ensinar a trabalhar bem melhor, tanto na elaboração de produtos turísticos, ou seja, na sua fase de planejamento, quanto na sua comercialização¹⁰⁷.

Nessa perspectiva, a comunicação atua como uma verdadeira criadora de retratos do cotidiano e do imaginário social, de modo que o estudo da mesma

¹⁰⁶ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. p. 140.

¹⁰⁷ GASTAL, Susana. *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 82.

constitui arcabouço essencial para a edificação do saber de natureza turística. No contexto do mais meridional dos estados brasileiros, Rio Grande constitui a sua cidade mais antiga. Ponto original da ocupação lusitana nas terras do extremo-sul brasileiro, a comunidade rio-grandina apresentaria variadas etapas em sua formação histórica, passando de um ponto estratégico-militar a o principal entreposto mercantil e, posterior centro industrial sul-rio-grandense, para depois mergulhar em fases cíclicas de crise/estagnação/ recuperação. Nessa conjuntura, o Turismo viria a aparecer como uma das potencialidades de progresso socioeconômico da cidade e, de acordo com uma visão multidisciplinar, as interações com a História abrem algumas perspectivas para o aprimoramento das atividades turísticas nessa original comuna gaúcha. Ao longo de toda sua história, um dos pontos vitais para o desenvolvimento do Rio Grande foi o seu acesso marítimo, fator que seria plenamente detectado a partir das representações caricaturais, num fenômeno que deitaria raízes na memória coletiva citadina, exercendo indeléveis influências em seus fundamentos histórico-turísticos.

De acordo com esse raciocínio, a formação histórica da cidade do Rio Grande e a de seu estabelecimento portuário são dois processos plenamente indissociáveis. Reciprocamente a história do Porto e da Barra acompanhou *pari passu* a história citadina. Foi atravessando a já então conhecida como “Barra diabólica” que chegou às terras gaúchas e expedição fundadora que daria origem ao povoado, geoestrategicamente alocado naquela zona lindeira às águas e na única entrada do litoral rio-grandense. O núcleo urbano se

desenvolveria no entorno costeiro. Perdida a vila, durante a invasão espanhola, foi pela via marítima que se preparou boa parte da resistência e da retomada lusitana. Foi através de seu ancoradouro que progressivamente o vilarejo se transformou em cidade e no mais importante entreposto comercial gaúcho. As melhorias no acesso marítimo foram o tema de maior mobilização da coletividade rio-grandina por séculos, sustentando aquilo que se transformou numa aspiração comunitária. A paulatina construção do Porto Velho, pedaço a pedaço, contou com muito do esforço dos cidadãos da urbe. A arrancada para a construção dos molhes da Barra e do Porto Novo foi um dos fatores motores para um incremento econômico citadino, atingindo uma fase de significativa industrialização. A estagnação entremeada por crises econômicas que atingiram a metade sul gaúcha, inserindo-se o Rio Grande nesse processo, tinha nas atividades portuárias uma tentativa de reação diante de tais males. A expansão portuária com a criação do Superporto significou uma alternativa naquele caminho de dificuldades, culminando com o presente tempo, em que o sistema portuário rio-grandino tende a constituir uma das possíveis opções de contornar ao menos em parte os óbices econômicos que ainda cercam a comunidade.

Ao longo da evolução rio-grandina, o Porto não significou apenas a porta de entrada e saída, no dizer do francês Arsène Isabelle, de mercadorias, mas foi também um entreposto para um intercâmbio humano, social, político, ideológico, religioso, entre outros. Durante muito tempo, o Porto rio-grandino era ponto de passagem praticamente obrigatório para todos aqueles que pretendiam

entrar ou sair do Rio Grande do Sul. Por ali chegavam contingentes populacionais, correspondências, jornais, livros, espetáculos artísticos e idéias, consistindo, enfim, uma interface para com o mundo à sua volta. Em síntese, além de ter constituído um mercado de trocas econômicas, o Rio Grande efetivou também trocas de natureza cultural. O passar dos séculos e o progresso dos meios de transporte levariam a caminhos alternativos para chegar ao território sulino, mas o sistema portuário rio-grandino não perderia seu papel de ligação do extremo-sul brasileiro e até alargando fronteiras, do sul da América Meridional para com o mundo.

Essa constante inter-relação da comunidade para com o ambiente portuário levaria à formação de uma memória social em torno dessas recorrentes intersecções entre sociedade e porto. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas¹⁰⁸. Como a memória constitui uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional, ela passa a ser, por definição, coletiva. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que

¹⁰⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 423.

são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros¹⁰⁹.

No que se refere ao estudo de comunidades portuárias, deve-se dar relevo ao fato de que as relações entre o porto e a cidade são bastante complexas. Algumas cidades têm mantido e desenvolvido, ao longo da história, relações bem intensas e harmoniosas com seus portos. Em muitas delas é difícil – senão impossível – traçar uma linha divisória entre os interesses e as atividades econômicas da cidade e os do seu porto. Outras cidades mantêm uma relação difícil e conflituosa com seus portos, num quadro em que porto e cidade são administrados por organismos diferentes que se ignoram, abrindo-se, então, uma fratura entre os interesses e a dinâmica do porto e da cidade, esta ignora aquele e o estabelecimento portuário cresce como um organismo alheio à urbe¹¹⁰. O Porto e a cidade do Rio Grande se enquadraram muito a contento no primeiro caso de uma convivência harmoniosa e de reciprocidade. Em verdade, Porto e cidade não têm nem mesmo formações históricas paralelas, e sim justapostas e plenamente interadas e inter-relacionadas. Dessa forma, a história do Porto e a da cidade constituem um mesmo *continuum* afinado, articulado e indissociável um do outro. Mesmo quando questões administrativas criaram desarticulações

¹⁰⁹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 94-95.

¹¹⁰ LLOVERA, Joan Alemany. Por um desenvolvimento sustentável da cidade portuária. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 209.

de interesses, a comunidade se mobilizaria em torno de causa única – a defesa do estabelecimento portuário, num contexto em que o administrador (pessoa ou órgão) é que levava a pecha do “outro” que deveria ser censurado, criticado ou combatido, em defesa do que seria considerado como o “nossa”, ou seja, o Porto em si.

Atravessar os mares e encontrar um porto seguro, essa tem sido a meta dos navegantes ao longo de toda a história da humanidade. À época da edificação do povoado que daria origem ao Rio Grande, não seria diferente o espírito dos fundadores, mas desde cedo tiveram de enfrentar os graves obstáculos do acesso marítimo. A povoação que se tornaria vila e depois cidade teria no intrínseco contato com as águas uma marca registrada de sua evolução histórica. Mas a “Barra diabólica” encontrava-se lá, como barreira por vezes intransponível aos que queriam entrar ou sair do território rio-grandino. Ainda assim, a urbe progrediria e viria a transformar-se no grande entreposto comercial sul-rio-grandense, e o franco ingresso das embarcações continuaria a ser uma das mais significativas aspirações comunitárias. Mobilizações, reivindicações, representações, memoriais, relatórios, falas, colunas e mais colunas e editoriais jornalísticos, os mais variados registros iconográficos, impressões apressadas, idéias mirabolantes, planos improvisados e projetos “cientificamente” elaborados constituiriam um amplo universo de reações diante das dificuldades, buscando diagnosticar e achar a cura para o “mal maior” (ou a “magna questão” como ficaria mais conhecida) que atormentava aquela coletividade.

Essas diversas reações gravitavam em torno de questões como: a necessidade de investimentos privados e públicos, tanto na esfera local, quanto na provincial/estadual e na nacional, ressaltando-se que, apesar de vultosos, os dispêndios teriam retorno garantido, tendo em vista os progressos que deles adviriam; a cobrança de atitudes mais sólidas dos homens públicos, de modo que a situação não ficasse entregue à vontade da natureza e ao capricho das intempéries, ou ainda aos desígnios da “Providência divina”; os enormes prejuízos oriundos das dificuldades de acesso, os quais variavam desde os sazonais/circunstanciais até os estruturais/conjunturais, havendo inclusive narrativas que apontavam a penúria como resultado da constante obstrução; a falta de abastecimento da urbe portuária, bem como os empecilhos à colocação com maior eficácia da produção gaúcha nos mercados consumidores e os incrementos cada vez maiores por que passavam os custos de fretes e de serviços para a chegada de produtos às terras sulinas; a considerada terrível concorrência do contrabando através dos portos platinos; e a ênfase de que as perdas originadas nos limites de acesso não atingiam apenas as lides mercantis – também traziam nefastos resultados a todos os segmentos e contextos socioeconômicos. Além disso, buscava-se demarcar que aqueles males não afligiam apenas a localidade do Rio Grande, e sim a província/o estado como um todo. Medos, angústias, insatisfações, ao lado da alegria e da esperança, são apenas alguns dos sentimentos perceptíveis no seio da comuna portuária ante a conjuntura que teve de enfrentar ao longo de significativo período. Um rápido passeio pela imaginação permite, a partir das informações provenientes, que se elabore um cenário por vezes funesto ao pensar na situação de tripulações e

passageiros das embarcações que chegavam a ter de ficar meses a fio esperando para adentrar a Barra. Mas, por outro lado, é possível também detectar-se o ufanismo e o contentamento cada vez que uma melhoria infraestrutural era anunciada e/ou implementada, e até mesmo a estupefação diante da grandiosidade das obras, quando se debelou o obstáculo que parecia infindável¹¹¹.

A evolução citadina exigiria cada vez mais o aprimoramento das condições de navegação. À medida que estas melhoraram, avançaria ainda mais a comuna, numa relação diretamente proporcional que demonstrava uma das muitas facetas presentes na relação cidade – Porto. Mais de um século de aspiração e planificação, em plena “era da ciência”, passava a dar a ideia de que o homem poderia vencer o meio, de modo que a sorte rio-grandina não deveria mais ficar entregue aos “caprichos das intempéries” e às “vontades da natureza”, pois à “capacidade humana” caberia sobrepujar tais obstáculos. O estabelecimento portuário original, umbilicalmente ligado ao núcleo histórico da formação da localidade, iria sendo incrementado paulatinamente ao longo do século XIX, partindo de um trapiche que, metro a metro, avançaria ao longo da costa litorânea do centro populacional, mas o óbice maior permaneceria sem solução até a virada para a centúria seguinte. A concretude das reivindicações rio-grandinas, após marchas e contramarchas, mandos e desmandos, continuidades e rupturas político-administrativas, se cristalizaria ao final do

¹¹¹ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: CORAG, 2007. p. 175-176.

terceiro lustro do século XX, quando, após obras monumentais para os padrões da época, vencia-se a “Barra diabólica”, aprofundava-se o canal de acesso e entregava-se à comunidade um Novo Porto.

Épocas de grande pujança e profundas crises no cenário mundial, nacional, regional e local foram acompanhadas epidemicamente pelas atividades portuárias rio-grandinas. A porta de entrada e saída do Rio Grande do Sul, desde a sua gênese, esteve sempre conectada ao mundo, num intercâmbio constante, desde os incipientes contatos comerciais, incrementados a partir das rupturas para com o pacto colonial, provenientes da abertura dos portos de 1808, até a virada para o novo milênio, quando a globalização planetária aproximou os mais recônditos lugares, que tiveram nas lides mercantis um de seus pontos essenciais de contato. Desde a época em que receber uma correspondência ou um jornal da Europa ou mesmo do centro do país, por vezes, consistia uma proeza, até a contemporaneidade, quando o planeta viria a se encontrar plenamente interligado nas teias da Internet, o papel do Porto se incrementaria cada vez mais na interação entre o local e o internacional, envolvendo, ao longo de todo esse tempo, desde as mais comezinhas às mais estruturais permutas¹¹².

As várias vivências em torno do Porto do Rio Grande encontrariam eco e, figurativamente, cor, nas caricaturas impressas nos jornais rio-grandenses do século XIX, refletindo a inegável relevância do acesso marítimo como elemento

¹¹² Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008. v. 1. p. 13-23; e v. 2. p. 669-672.

constitutivo essencial à construção de uma memória coletiva da sociedade gaúcha. Essa memória social viria, por sua vez, a conferir a formação de uma identidade cultural que constitui ponto de inflexão a ser estudado pela História e pelo Turismo, em conjunto ou isoladamente. No que tange à visão caricatural sobre o Porto do Rio Grande, são aqui destacados três perspectivas essenciais, assim alocadas por razões didático-científicas, mas, de modo algum, podendo ser tratadas de forma estanque e isolada. Nesse sentido, a partir da caricatura foram detectáveis os constantes riscos a que estavam sujeitos os navegantes e passageiros na costa gaúcha, as várias imagens do cotidiano retratadas pelos caricatos, com forte preeminência das práticas da crítica social e a de costumes e as interfaces entre as paisagens e a sociabilidade no ambiente portuário. Tais caricaturas interagem entre si e ao longo do tempo, trazendo em si pontos de intersecção com outras fontes pictóricas coetâneas a si ou bem mais aproximadas ao tempo presente, possibilitam a verificação dos significativos pontos de interação entre Turismo, História e Comunicação.

Os naufrágios e os enormes riscos à navegação foram uma constante na formação histórica do Rio Grande do Sul. Costa íngreme, pouquíssimos pontos de proteção às embarcações e com um único acesso marítimo que viria a ser conhecido como “Barra diabólica”, tendo em vista a quase completa instabilidade ao franquear ou não a entrada e a saída de navios, o litoral sul-rio-grandense e a entrada do Rio Grande foram alvo de narrativas carregadas de temores e apreensões. Muitos dos que visitaram as terras sulinas chegaram a definir tal acesso como um dos mais perigosos com os quais tinham convivido,

gerando praticamente um dos primeiros medos coletivos em relação a esses mares do sul, fenômeno que viria marcar inexoravelmente a memória social. Um dos primeiros registros iconográficos sobre tal situação foi realizado pelo artista francês Jean-Baptiste Debret, de significativa atuação nas artes plásticas brasileiras e que chegou a fazer incursões ao Rio Grande do Sul, quando retratou um navio em grandes dificuldades, enfrentando um “pampeano” e as agitadas águas meridionais [Figura 1]. Os jornais caricatos gaúchos, como o porto-alegrense *O Fígaro* e o rio-grandino *Bisturi* não deixariam de demonstrar tais condições e, muitas vezes, pouco importava a legenda, pois o desenho em si era sintomático das temíveis sensações despertadas ao enfrentar o litoral rio-grandense-do-sul¹¹³ [Figuras 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8].

¹¹³ O FÍGARO. Porto Alegre, 19 de janeiro de 1879. p. 5.; BISTURI. Rio Grande, 23 de agosto de 1889. p. 5.; BISTURI. Rio Grande, 22 de setembro de 1889. p. 1.; BISTURI. Rio Grande, 12 de outubro de 1890. p. 1.; e BISTURI. Rio Grande, 11 de janeiro de 1891. p. 4.

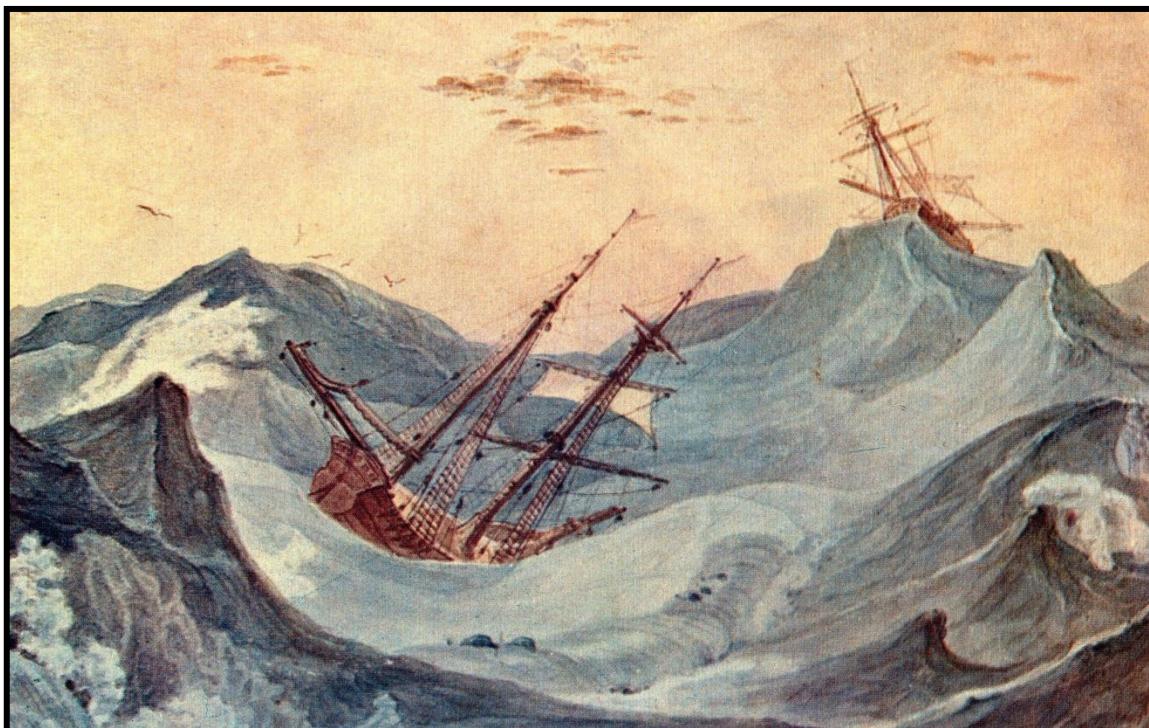


Figura 1



Figura 2



Figura 3

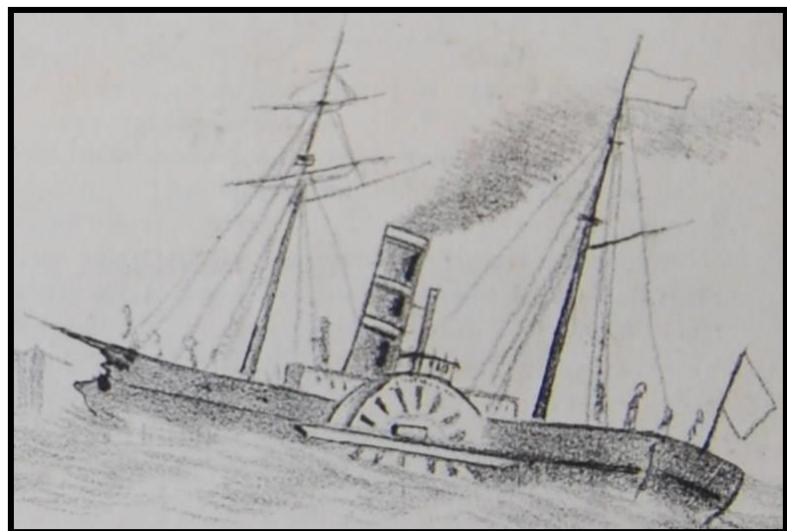


Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7

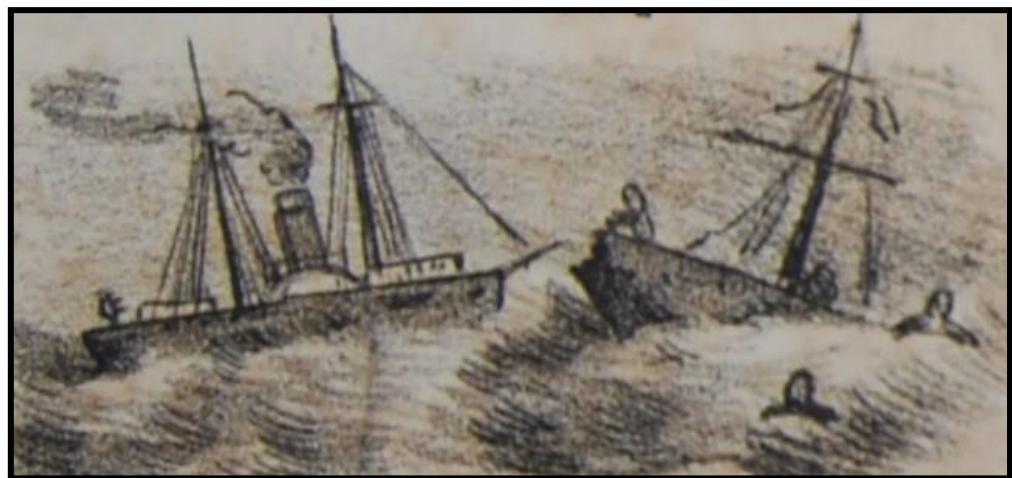


Figura 8

A imprensa ligada à caricatura, mantendo seu estilo jornalístico crítico-opinativo, com um norte editorial baseado no humor e na ironia exerceria em larga escala a prática dos mais variados tipos de crítica, entre elas a de natureza política, a social e a de costumes. Essas impressões caricaturais expressas nas páginas dos jornais revelariam verdadeiras imagens do cotidiano, trazendo a público desde as vivências comezinhas, os ditos populares, as conversas de esquina, dos bares e lares até o debate mais polêmico de problemas e dificuldades estruturais que afigiam o conjunto da sociedade. Assim, o dia a dia das comunidades humanas vinha à tona pelo viés bem humorado da caricatura, revelando um processo histórico que deitaria raízes nas formas de agir e pensar e na memória coletiva das pessoas ao longo do tempo. O ambiente portuário esteve plenamente presente nessas representações do cotidiano, agindo ora

como cenário, ora como protagonista da realidade retratada caricaturalmente. Os desenhos realizados pelo mercenário alemão Hermann Rudolf Wendorf bem demonstram essas imagens do cotidiano, apresentando o trabalho e a sociedade rio-grandina no cais portuário, trazendo, figurativamente, uma cena do movimento social que ali se desenrolava [Figura 9] e que a caricatura também exerceria nas folhas dos periódicos.



Figura 9

As imagens do cotidiano vinham à baila como no caso do periódico que apresentava o bobo da corte, simbolizando o jornalismo caricato, recebendo um político, lançando dúvidas sobre a sua honestidade e apontando a necessidade de investimentos no estabelecimento portuário. As autoridades públicas muitas vezes eram representadas como praticando atos subversivos em relação à sua função, como um delegado que dava a uma atriz plenos poderes para poder viajar sem passaporte da polícia. Um “galã” também era apresentado pela caricatura à beira de uma cais ainda bastante precário esperando uma dama que o deixara esperando pela décima vez¹¹⁴ [Figuras 10, 11 e 12]. Em outra ocasião, uma folha caricata apresentava a população enraivecida no cais, expulsando comerciante desonesto, com a legenda: “Vai, charlatão, matar noutra freguesia, aqui já não arranjas para o café!...”¹¹⁵ [Figura 13]. Uma outra cena do cotidiano refletida na caricatura referia-se à prática comum de então das noivas serem raptadas, algumas pela via portuária, explicando a folha que aquela era uma época em que haveria raptos por mar e por terra, e de todos os modos e feitos¹¹⁶ [Figura 14].

¹¹⁴ O DIABRETE. Rio Grande, 27 de outubro de 1878. p. 4-5.

¹¹⁵ O DIABRETE. Rio Grande, 15 de dezembro de 1878. p. 8.

¹¹⁶ O DIABRETE. Rio Grande, 6 de junho de 1879. p. 4.



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14

Em outra oportunidade, o cotidiano portuário era demonstrado numa sugestão bem-humorada de que, diante do calor, as pessoas fossem aos cais do Porto, pulando às águas, mesmo que vestidas, para refrescar-se, sobre o dizer: “Parece que neste verão temos de usar desta receita”¹¹⁷ [Figura 15]. A suposta desonestade oriunda de desvios de comportamento de funcionários públicos também era retratada ao mostrar-se um guarda da alfândega que criava ratazanas (símbolo da roubalheira), como “um novo ramo de indústria, isento de direitos”¹¹⁸ [Figura 16]. Os desvios de verbas públicas também eram representados em relação às excessivas tributações sobre o comércio de mercadorias ao apresentar-se o “primeiro *gargantua-aduaneiro* da América do

¹¹⁷ DIABRETE. Rio Grande, 21 de novembro de 1880. p. 5.

Sul" que estaria a engolir um navio inteiro, com carregamento e tudo, diante do que o governo ainda não se lembrara de dar um título àquele "benemérito da pátria", ironizava a folha¹¹⁹ [Figura 17].

Os malefícios à navegação, cometidos com a aquiescência das autoridades públicas também eram criticados pela caricatura, como na denúncia quanto aos riscos da superlotação de uma embarcação, explicada com a legenda: "No pequeno vapor *Itapuã*, embarcaram com destino a Porto Alegre 700 passageiros!!! Que grande banquete humano não teriam os habitantes do mar se a Divina Providência não velasse por essas criaturas..."¹²⁰ [Figura 18]. Os poucos cuidados governamentais quanto aos riscos de epidemia, ainda mais vívidos numa comuna portuária também eram retratados pelos caricatos, buscando demonstrar a precariedade com a qual eram tratadas as embarcações procedentes de certos focos de doenças¹²¹ [Figura 19]. Mas, em algumas poucas vezes, nos cotidianos portuários destacados pela caricatura, os homens públicos também eram apresentados de forma positiva, caso da gravura em que uma autoridade policial aparecia prendendo malfeitor que tentava fugir pelo Porto¹²² [Figura 20].

¹¹⁸ DIABRETE. Rio Grande, 20 de fevereiro de 1881. p. 8.

¹¹⁹ SECULO. Porto Alegre, 29 de junho de 1884. p. 1.

¹²⁰ BISTURI. Rio Grande, 3 de fevereiro de 1889. p. 5.

¹²¹ BISTURI. Rio Grande, 10 de fevereiro de 1889. p. 4.

¹²² BISTURI. Rio Grande, 24 de janeiro de 1892. p. 4.



Figura 15

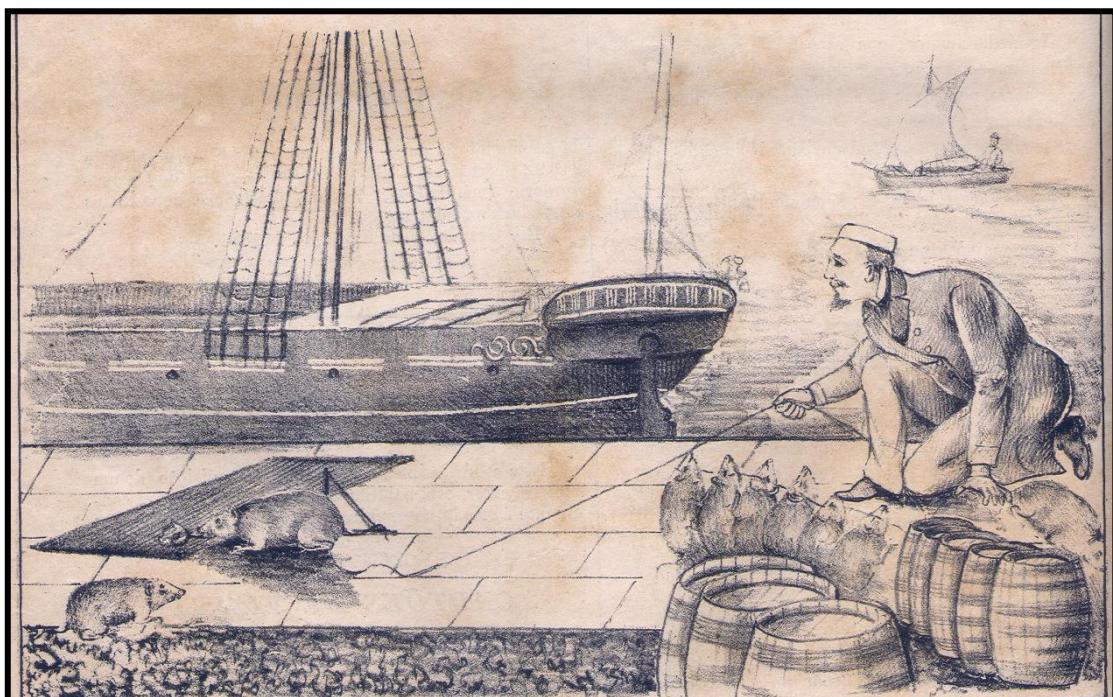


Figura 16

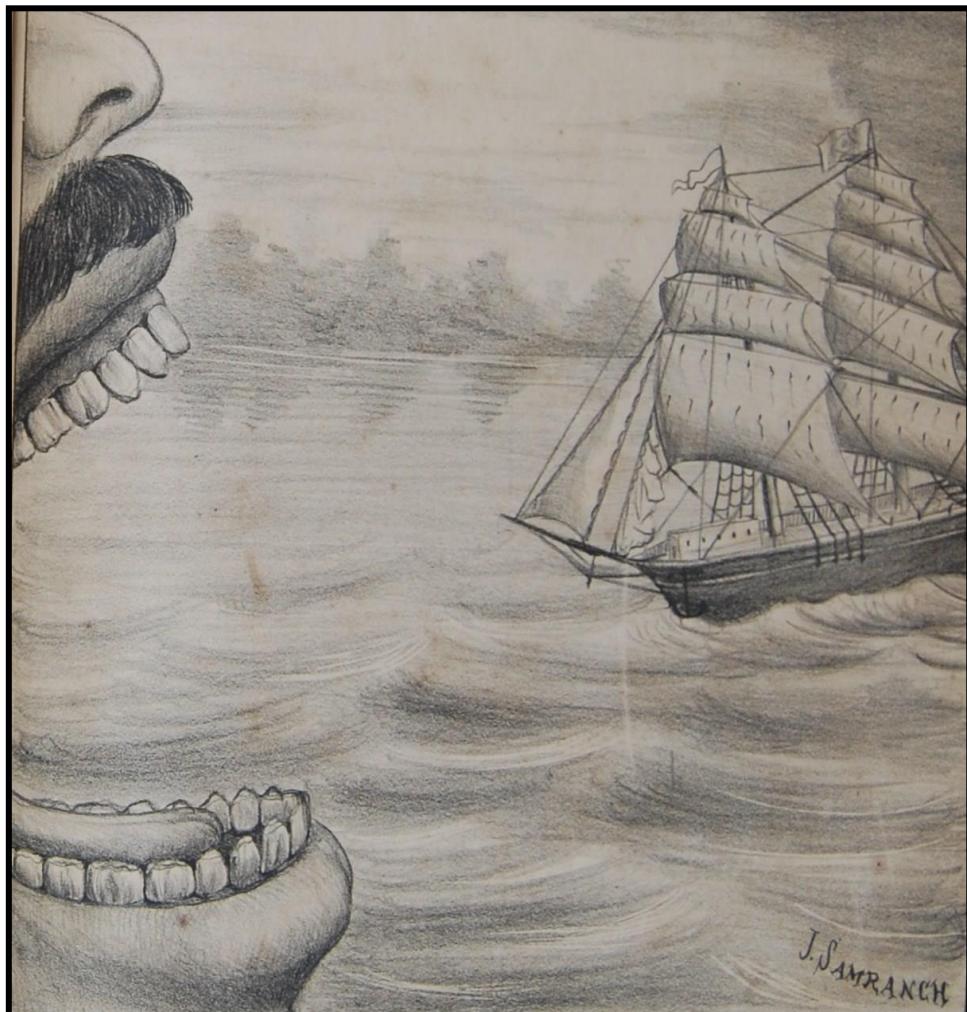


Figura 17

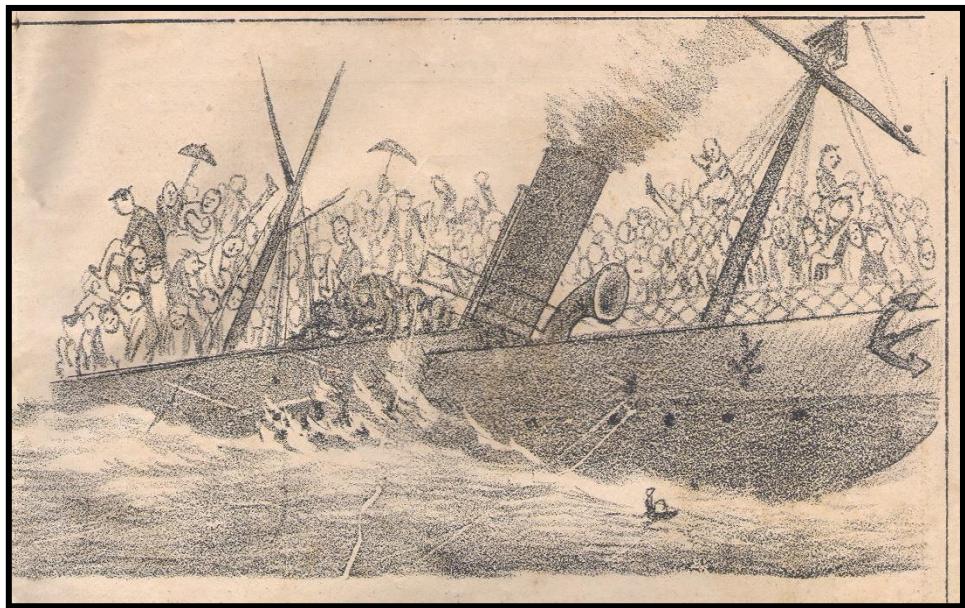


Figura 18



Figura 19



Figura 20

O Porto do Rio Grande, ao constituir a porta da província/ do estado, levaria a uma preocupação constante da comunidade em apresentar uma perspectiva urbana aprazível aos olhos dos visitantes. Nesse sentido, foram várias as iniciativas para promover o “aformoseamento” – expressão comum no século XIX – da orla portuária, primeiro no sentido de voltar as fachadas dos imóveis para as águas e não o contrário, como ocorreu nas origens da comuna. A intenção constante era apresentar aos viajantes a visão de um verdadeiro cartão postal da localidade. Notáveis exemplos desta perspectiva de uma agradável paisagem portuária foram as gravuras feitas pelo francês Debret [Figura 21], pelo alemão Wendoroth [Figura 22], o desenho de Francis Richard

[Figura 23], publicado junto à imprensa francesa e o elaborado pelo engenheiro britânico William Lloyd [Figura 24]; bem como um sem número de cartões postais inspirados na paisagem do Porto [Figuras 25 e 26] e as incontáveis fotografias acerca do tema [Figura 27]. Além desse caráter paisagístico, cada um dos avanços pelos quais passaram os estabelecimentos portuários rio-grandinos traziam cada vez mais o sentido de interação com a sociedade, transformando-se o ambiente portuário em verdadeiro espaço de sociabilidade, onde se davam festividades e reuniões sociais. Essa inter-relação entre espaço portuário e sociabilidade foram exemplificativamente demarcados através de clichês propagandísticos editados nos jornais [Figura 28] e uma diversificada gama de registros fotográficos e litográficos [Figuras 29, 30 e 31].



Figura 21



Figura 22



Figura 23

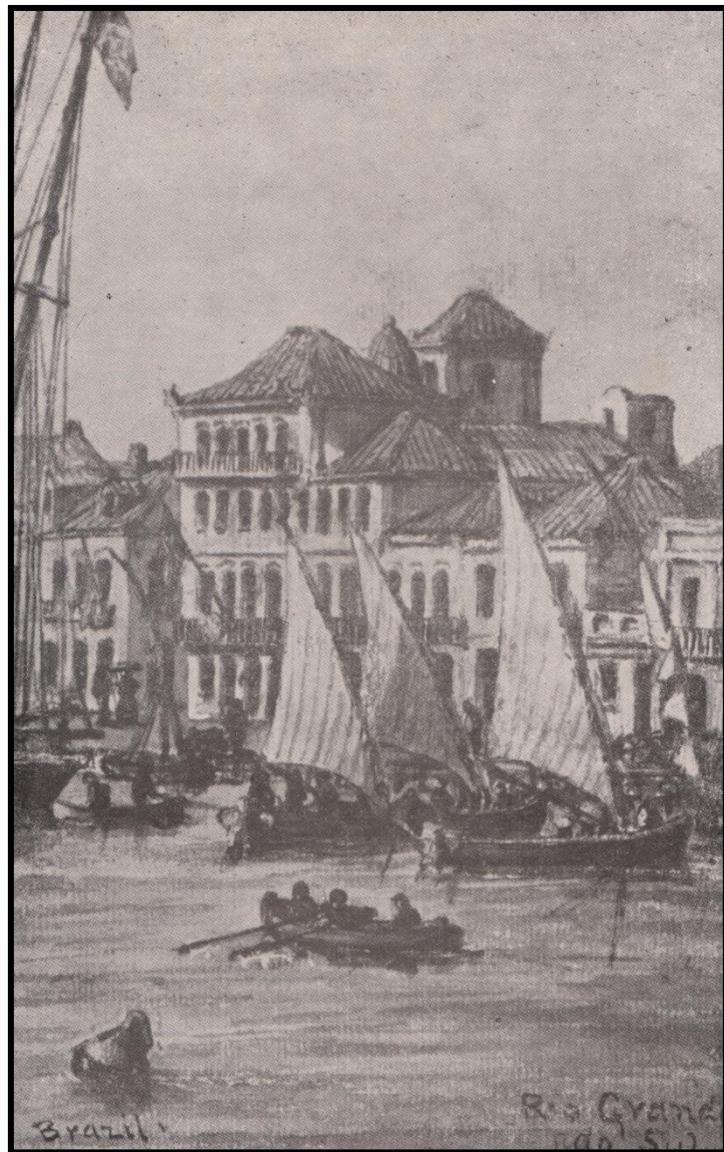


Figura 24



Figura 25

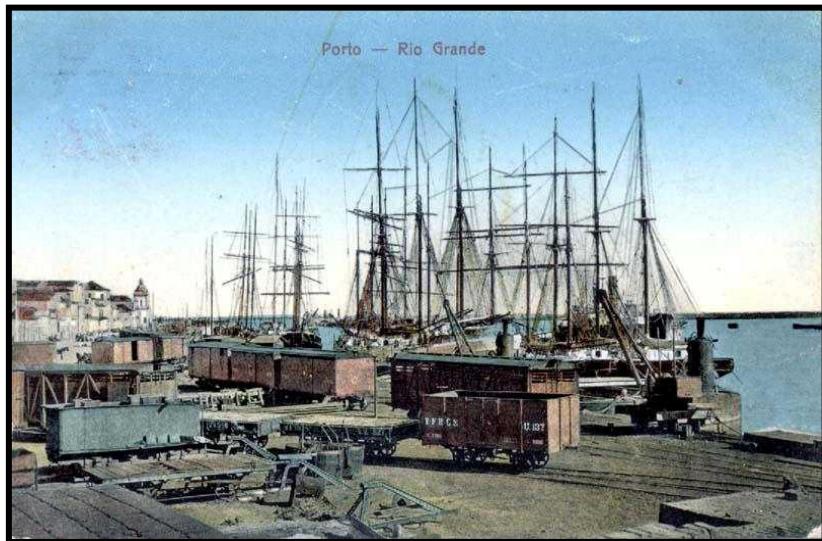


Figura 26



Figura 27

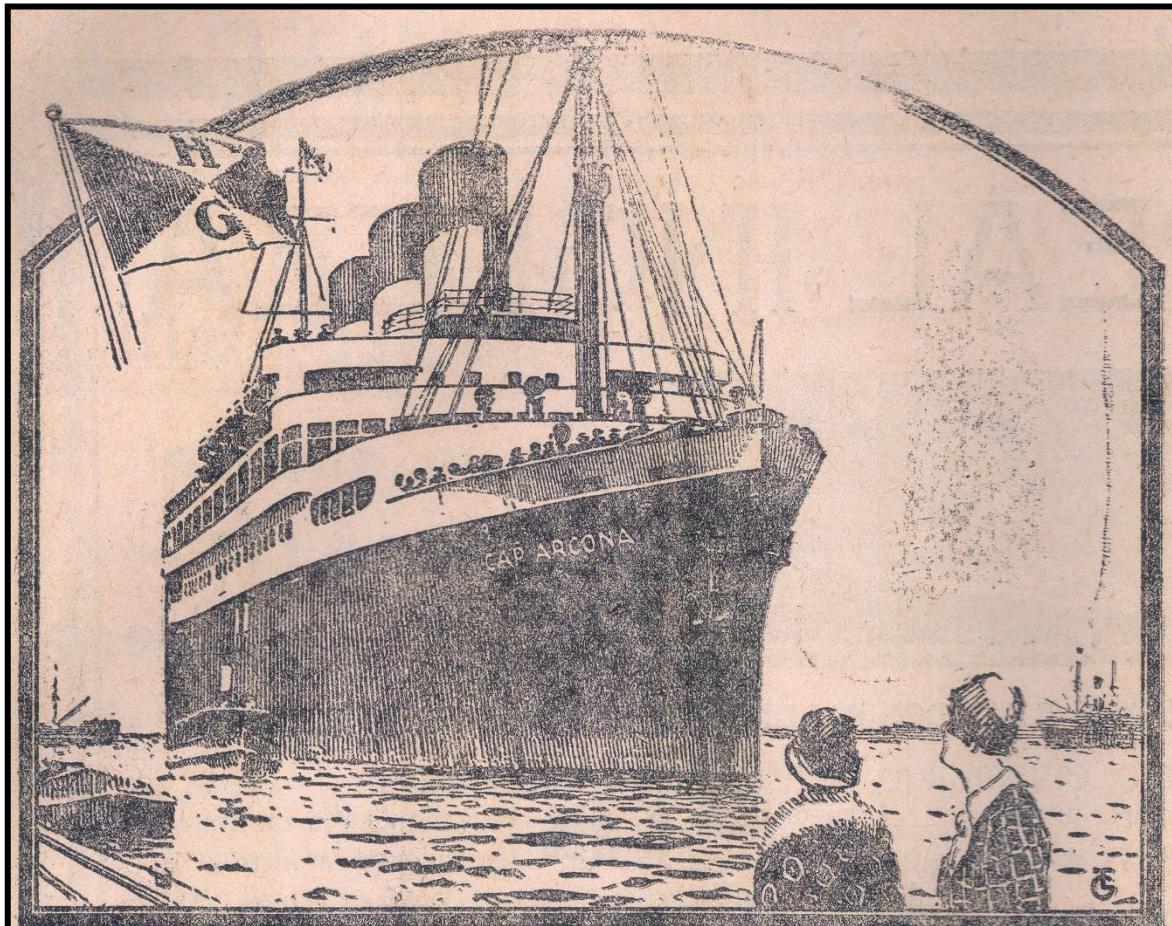


Figura 28



Figura 29



Figura 30



Figura 31

A perspectiva paisagística e de espaço de sociabilidade presentes no ambiente portuário não escapariam à visão dos caricatos. Um deles mostrava com certa ironia que a “flor da gente” rio-grandina estaria a esperar um personagem não identificado pelo periódico¹²³ [Figura 32]. As recepções concretas ou simbólicas no cais rio-grandino foram representadas à extenuação pelos semanários caricatos, caso de um deles que mostrava a comunidade recebendo a arte dramática no Porto¹²⁴ [Figura 33], ou ainda o desenho da recepção a engenheiros que vinham tratar da estrada de ferro¹²⁵ [Figura 34]. A paisagem que o visitante observava ao entrar no estabelecimento portuário rio-

¹²³ O DIABRETE. Rio Grande, 14 de setembro de 1879. p. 8.

¹²⁴ MARUI. Rio Grande, 19 de dezembro de 1880. p. 1.

¹²⁵ MARUI. Rio Grande, 29 de maio de 1881. p. 8.

grandino era demonstrada através de gravura que apresentava o deslocamento de tropas do Rio Grande para Porto Alegre¹²⁶ [Figura 35]. Ainda que caricaturalmente e baseado no humor, um jornal caricato mostrava um indivíduo pescando, enquanto ao largo passava um navio, num ato de sociabilidade que se transformaria em verdadeiro hábito no âmbito portuário citadino¹²⁷ [Figura 36].

Não fugindo a seu estilo crítico-opinativo, num conjunto de irônicas caricaturas, um semanário caricato demonstrava que as dificuldades de navegação, apesar de todos os planos que eram traçados, persistiam. Retratava a folha caricata os sobressaltos por que passavam os passageiros de embarcações que viajavam do Rio Grande a Porto Alegre, ou os sofrimentos de um grupo de imigrantes que chegava à cidade portuária. Mantendo seu estilo, o periódico tecia acres censuras às autoridades públicas que, ou assistiam passivas, ou eram coniventes com tal situação¹²⁸ [Figura 37]. Por outro lado, as folhas caricatas apresentavam também as comemorações que serviam para reunir parte da comunidade junto à orla portuária, caso da representação da inauguração de uma embarcação. Segundo o jornal, tal ato ocorreria perante numerosa concorrência e entre os hinos das bandas marciais e “os brados entusiásticos partidos de todos os pontos”, fora feito o lançamento ao mar do “casco que deslizou suavemente sobre o leito, entrou ao mar, caminhou velozmente em linha reta, parando finalmente, direito, aprumado, esbelto e

¹²⁶ A VENTAROLA. Pelotas, 18 de dezembro de 1887. p. 5.

¹²⁷ BISTURI. Rio Grande, 20 de julho de 1890. p. 4.

¹²⁸ BISTURI. Rio Grande, de 16 de novembro de 1890. p. 4.

respeitável". Após o acontecimento, foi oferecida aos convidados uma lauta mesa de doces e champanhes¹²⁹ [Figuras 38 e 39].

A tradicional Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, cuja história transpassou o tempo, chegando até o presente, partindo do cais rio-grandino e promovendo ampla movimentação no Porto também foi apresentada através dos periódicos caricatos¹³⁰ [Figuras 40 e 41]. A paisagem portuária constituía cenário para que fossem representadas a saudação à chegada e a despedida ao partir de diversos personagens, mormente os ligados às lides artístico-culturais. Foi o caso do próprio caricaturista, simbolizado pelo bobo da corte que homenageava um literato que chegava à cidade através do Porto¹³¹ [Figura 42]. No mesmo cenário, artistas se despediam da população, sobre a legenda: "Na quinta-feira passada, embarcou para o Rio a festejada Companhia de Operetas, levando o bando das 'suas canárias cantoras'. A despedida dos seus admiradores foi uma cena comovente"¹³² [Figura 43]. Na mesma linha, um escritor lusitano deixava a comuna, informando-se que ao seu embarque comparecera grande número de sumidades políticas e literárias¹³³ [Figura 44].

A pompa da elite local preparando-se para recepcionar um banqueiro no cais do Porto também foi representada por meio da caricatura que descrevia: "Na semana passada, só se falava na próxima vinda a esta cidade do opulento banqueiro, Conde São Sebastião Pinto... Barões, comendadores, figurões da alta

¹²⁹ BISTURI. Rio Grande, 21 de dezembro de 1890. p. 4.

¹³⁰ BISTURI. Rio Grande, de 1º de fevereiro de 1891. p. 4.; e BISTURI. Rio Grande, 7 de fevereiro de 1892. p. 2.

¹³¹ BISTURI. Rio Grande, 29 de março de 1891. p. 1.

¹³² BISTURI. Rio Grande, 17 de maio de 1891. p. 4.

¹³³ BISTURI. Rio Grande, 8 de maio de 1892. p. 3.

camada preparam-se para prestar as honras devidas a tão conspícuas individualidade. Esperava-se uma estrondosa manifestação a flores, abraços e beijocas..."¹³⁴ [Figura 45]. Um ato frugal como a travessia para a localidade vizinha era também retratada pelo prisma da caricatura, mostrando o bobo da corte saudando as pessoas que se aglomeravam numa embarcação que se afastava do cais, sob o festivo som de uma banda. Tal acontecimento que se tornaria recorrente com o passar do tempo, embora executado de forma pouco satisfatória para as comunidades envolvidas, era explicado pela legenda: "Realiza-se hoje, ao meio dia, a experiência do vapor *Dominguito* que vai ser empregado na carreira entre esta cidade e São José do Norte"¹³⁵ [Figura 46].



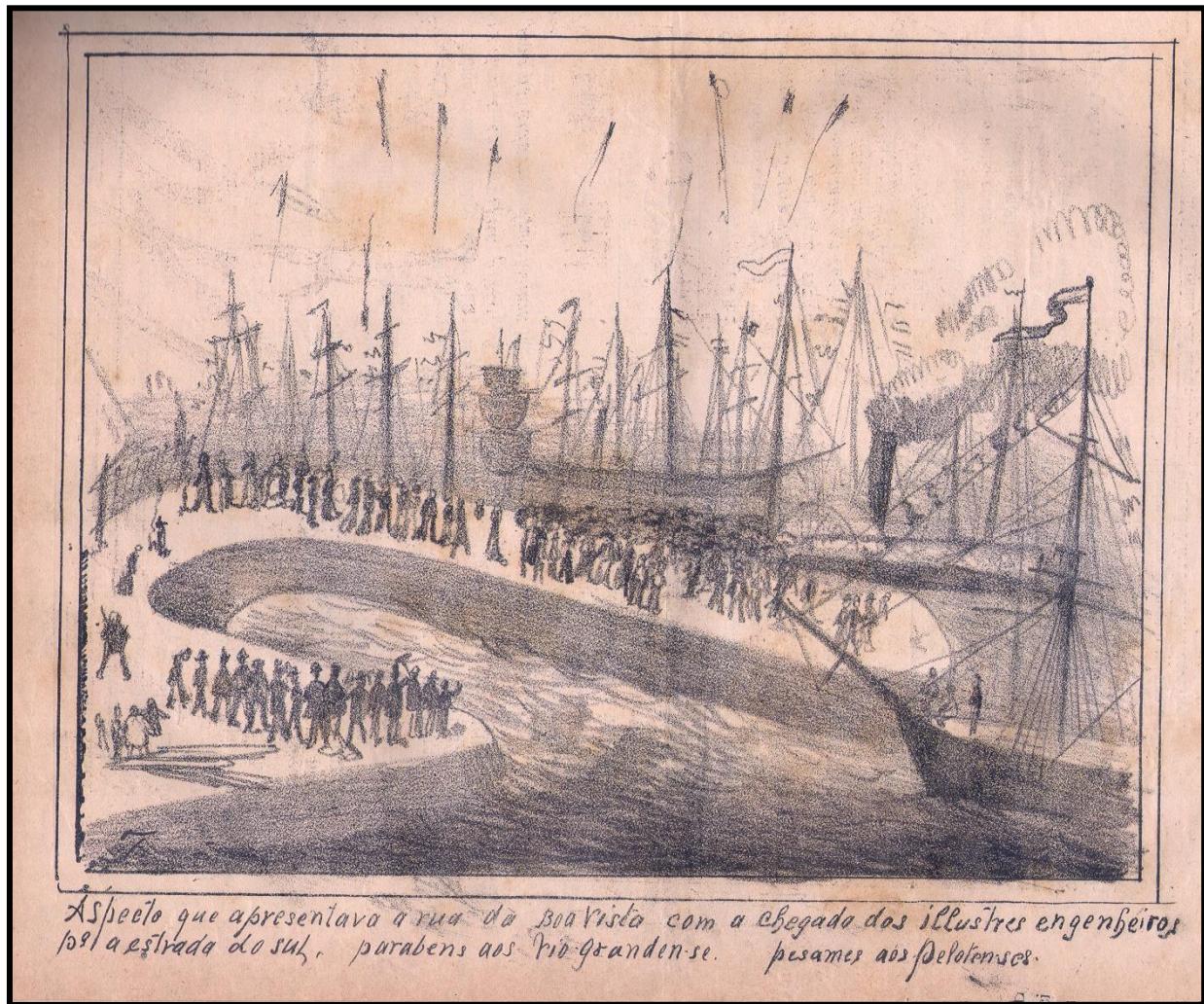
Figura 32

¹³⁴ BISTURI. Rio Grande, 5 de junho de 1892. p. 2.

¹³⁵ BISTURI. Rio Grande, 26 de novembro de 1893. p. 1.



Figura 33



Áspeito que apresentava a rua da Boa Vista com a chegada dos ilustres engenheiros
pela estrada do sul. parabens aos Rio Grandense. pesames aos Pelotenses.

Figura 34



Figura 35

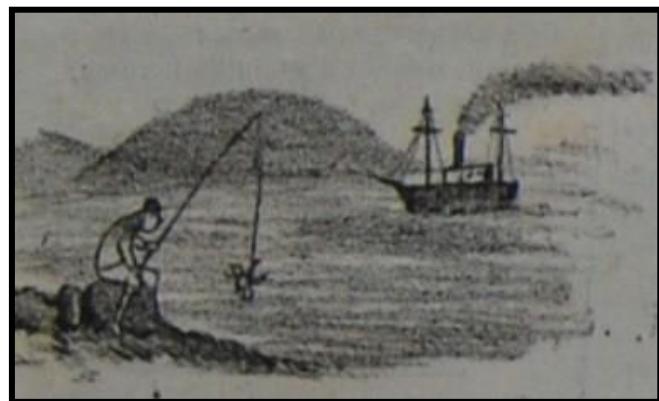


Figura 36

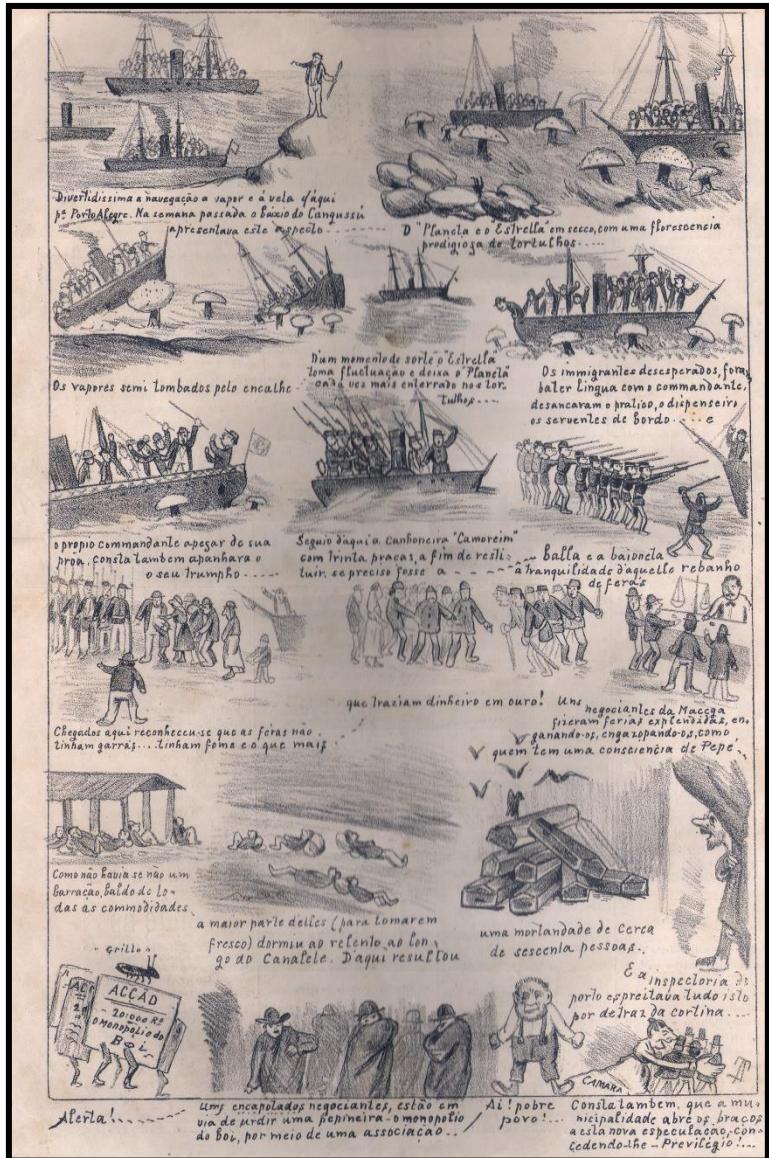


Figura 37

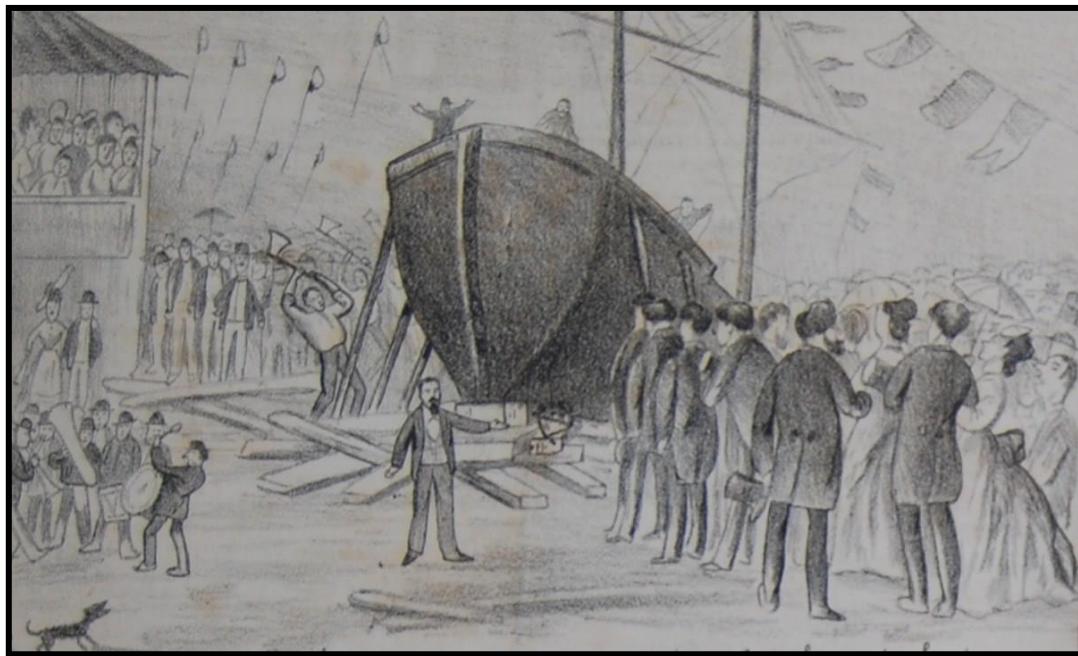


Figura 38



Figura 39

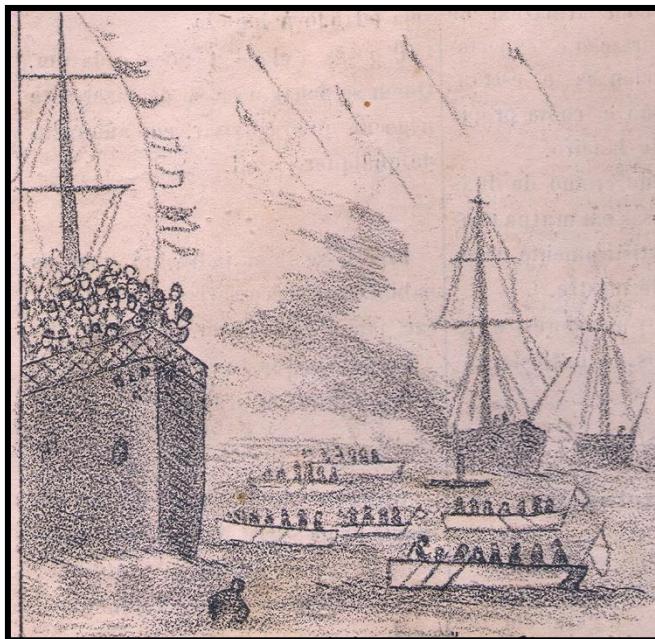


Figura 40



Figura 41



Figura 42

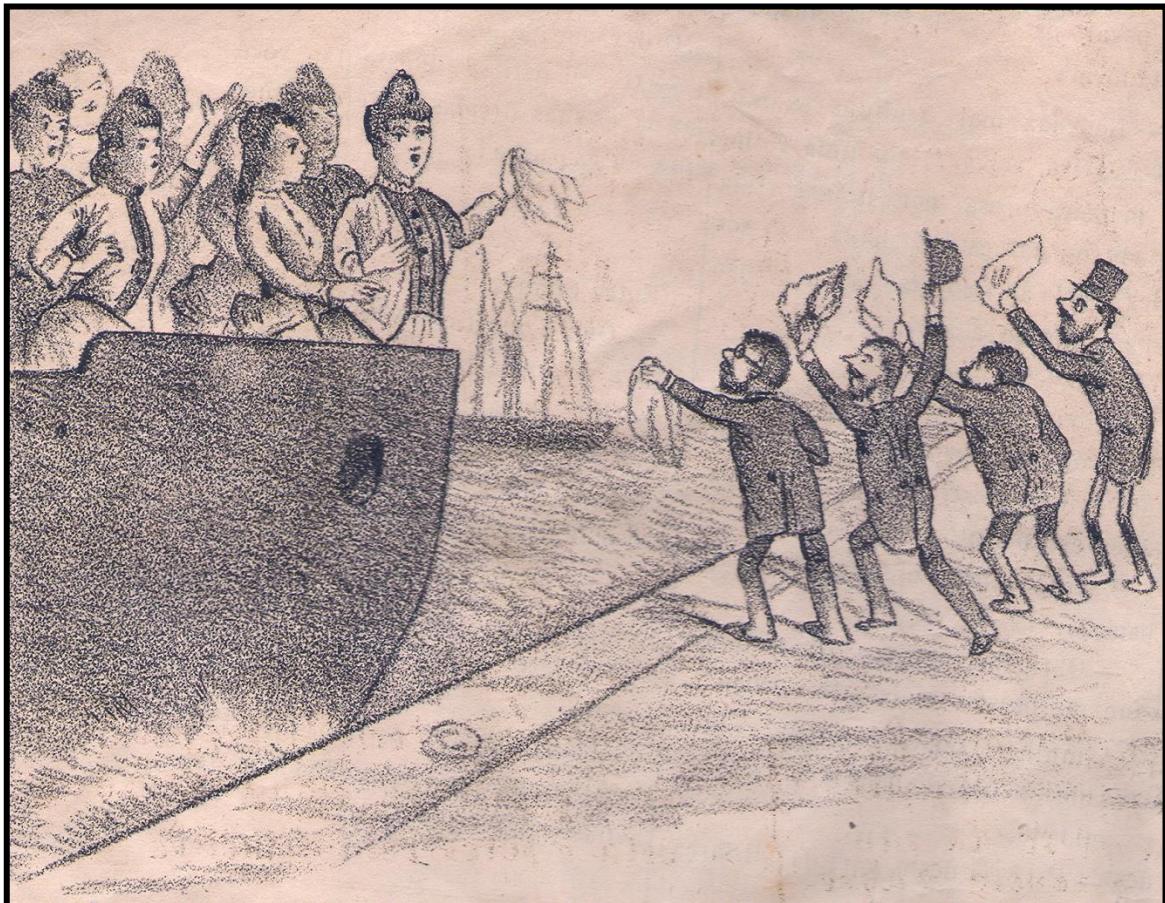


Figura 43

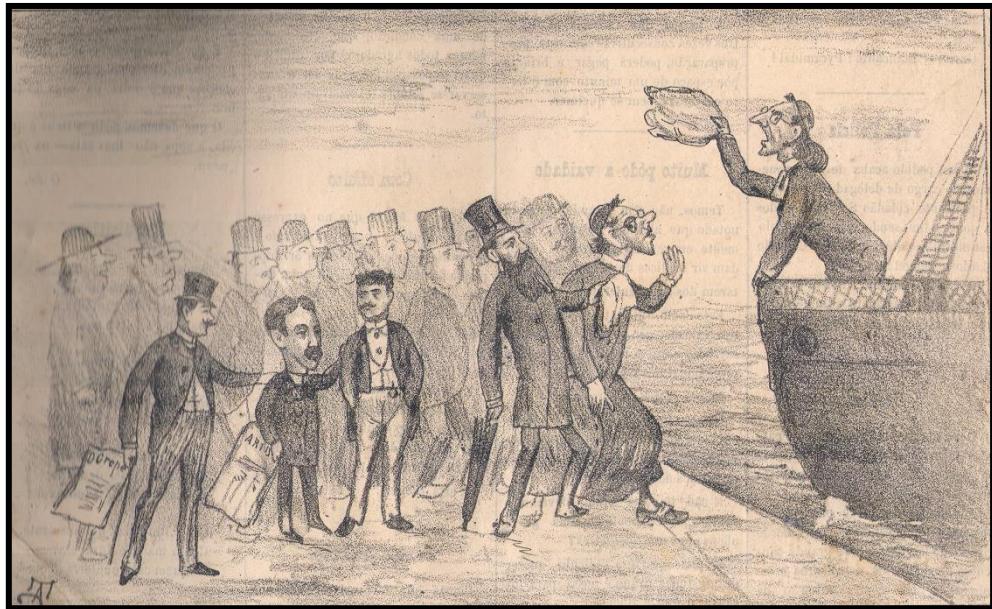


Figura 44



Figura 45

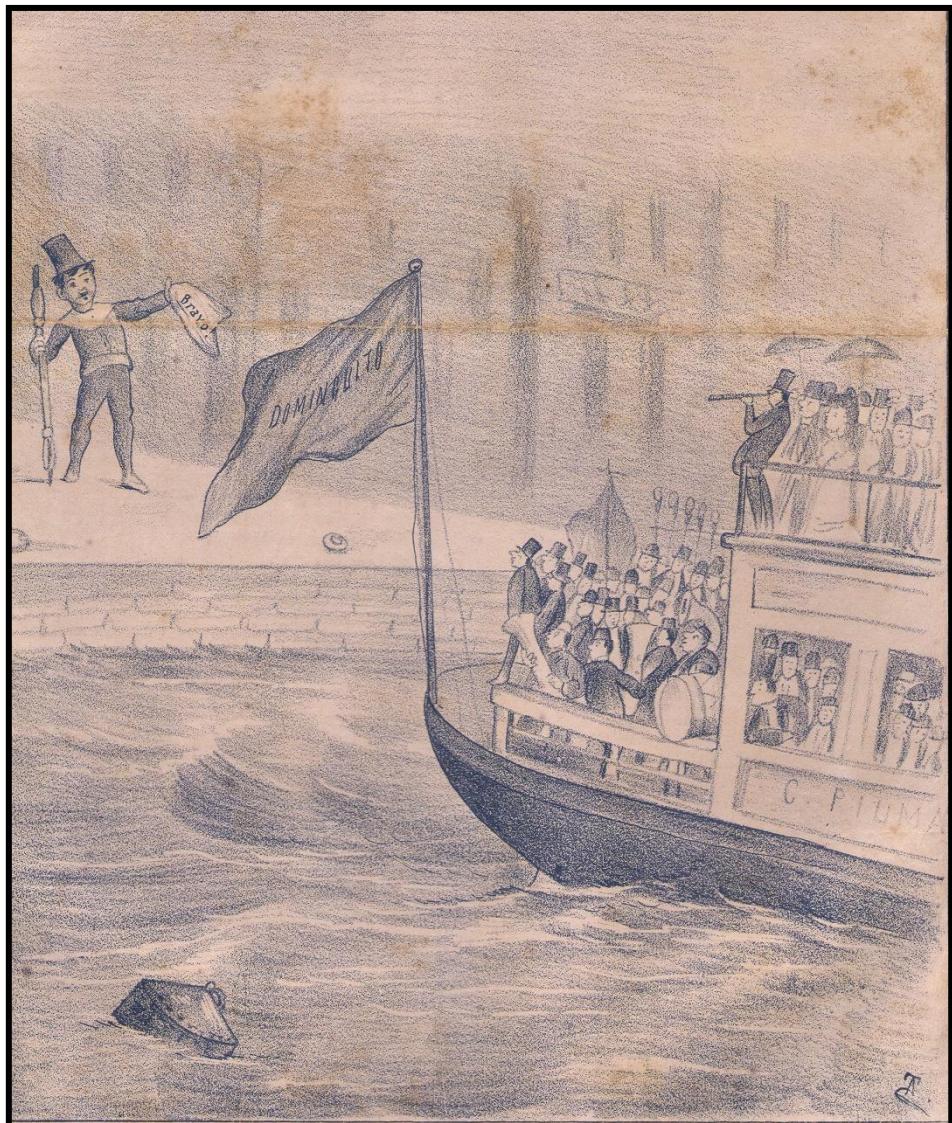


Figura 46

As vivências sociais transmitidas através da comunicação visual expressa por meio da caricatura trazem à tona uma série de leituras e interpretações de determinadas facetas da sociedade do pretérito. Esse passado, entretanto, não aparece como algo morto ou esquecido, e nem mesmo inerte, ele está vivo no presente, uma vez que faz parte da memória social de uma coletividade humana. Ao revisitar este passado e seu conteúdo memorialístico é possível uma melhor compreensão de hábitos, costumes e tradições que se enraizaram e fizeram valer seu sentido até os tempos hodiernos. Tal memória torna-se então fundamental nas articulações entre passado, presente e mesmo o futuro, uma vez que a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. Nesse sentido, a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, de modo que deve o pesquisador trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens¹³⁶.

Os perigos que cercavam a navegação, as imagens do cotidiano, as paisagens e a sociabilidade vivenciadas no ambiente portuário rio-grandino registradas por meio da caricatura acabam por reproduzir formas de expressão social que se mantém até o presente como as festividades com reuniões de grandes contingentes humanos no cais do Porto, caso atualmente das várias edições da Festa do Mar [Figuras 47 e 48], ou os encontros para relaxar ou pescar nesse mesmo cenário [Figura 49], ou ainda a constante luta para manter aquela

¹³⁶ LE GOFF. p. 425 e 477.

antiga tradição de mostrar a linha urbana junto ao Porto Velho como um verdadeiro cartão postal da urbe rio-grandina [Figura 50], ainda mais presentemente, quanto se inicia a implementação do projeto de recuperação de toda a extensão do cais, envolvendo o mesmo toda uma projeção de desenvolvimento das potencialidades turísticas naquela zona. Este trabalho buscou trazer uma humilde contribuição para o entendimento da história e da memória, por meio da comunicação, como fundamentos essenciais ao estudo do Turismo, utilizando como mote as interpretações que a caricatura gaúcha realizou acerca de uma comunidade portuária. Nesse sentido, a meta básica desse estudo de caso foi a de demonstrar que as análises multidisciplinares das atividades turísticas sob o prisma da comunicação não servem apenas para a divulgação e difusão das mesmas, propiciando uma tomada de decisão por parte do turista¹³⁷, mas também podem trazer às sociedades o melhor entendimento de suas raízes e memórias sociais como elementos explicativos de seus cotidianos e como fatores motivadores para entabular estudos científicos e/ou para a promoção do Turismo¹³⁸.

¹³⁷ NIELSEN, Christian. *Turismo e mídia: o papel da comunicação na atividade turística*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 47-62.

¹³⁸ Publicado originalmente em: Anais do I Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo, História & Cultura. Rio Grande: FURG, 2010. p. 35-78.



Figura 47



Figura 48



Figura 49



Figura 50



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

